



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DOS PLANOS PREVIDENCIÁRIOS
DA FUNDAÇÃO CELESC DE
SEGURIDADE SOCIAL – CELOS
EXERCÍCIO DE 2018**

ÍNDICE

Balanço Patrimonial – Consolidado.....	03
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – Consolidada.....	05
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – Consolidada.....	06
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – Plano Transitório.....	07
Demonstração do Ativo Líquido – Plano Transitório.....	08
Demonstração das Provisões Técnicas – Plano Transitório.....	09
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – Plano Misto.....	10
Demonstração do Ativo Líquido – Plano Misto.....	11
Demonstração das Provisões Técnicas – Plano Misto.....	12
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – Plano de Pecúlio.....	13
Demonstração do Ativo Líquido – Plano de Pecúlio.....	14
Demonstração das Provisões Técnicas – Plano de Pecúlio.....	15
Notas Explicativas.....	16

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis/SC

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(R\$ mil)

ATIVO	Nota	2018	2017	Variação (%)
DISPONÍVEL		204	319	-35,99%
REALIZÁVEL	4	3.100.895	2.982.080	3,98%
Gestão Previdencial	4.1	450.382	484.643	-7,07%
Gestão Administrativa	4.2	8.179	6.565	24,59%
Investimentos	5	2.642.334	2.490.872	6,08%
Títulos Públicos	5.1	1.429.787	1.420.037	0,69%
Créditos Privados e Depósitos	5.2	75.483	74.127	1,83%
Ações	5.3	73.172	46.469	57,46%
Fundos de Investimentos	5.4	885.421	751.605	17,80%
Investimentos Imobiliários	5.5	83.221	95.535	-12,89%
Empréstimos	5.6	95.250	103.099	-7,61%
PERMANENTE	6	9.133	8.637	5,75%
Imobilizado	6.1	9.018	8.411	7,22%
Intangível	6.2	115	226	-48,97%
GESTÃO ASSISTENCIAL	7	89.439	92.844	-3,67%
TOTAL DO ATIVO		3.199.672	3.083.880	3,75%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Vanessa Evangelista Ramos Rothermel
Diretora Presidente
CPF nº 908.823.699-20

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF nº 647.423.009-63

Paulo César da Silveira
Diretor de Seguridade
CPF nº 299.885.519-91

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC nº 039938/O
CPF nº 070.535.319-29

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis/SC

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(R\$ mil)

PASSIVO	Nota	2018	2017	Varição (%)
EXIGÍVEL OPERACIONAL	8	16.412	14.714	11,54%
Gestão Previdencial	8.1	10.034	9.233	8,68%
Gestão Administrativa	8.2	2.258	1.718	31,46%
Investimento	8.3	4.119	3.763	9,46%
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	9	48.846	41.140	18,73%
Gestão Previdencial	9.1	42.690	36.288	17,64%
Gestão Administrativa	9.2	6.156	4.852	26,87%
PATRIMÔNIO SOCIAL		3.044.976	2.935.183	3,74%
Patrimônio de Cobertura do Plano	10	2.989.416	2.884.037	3,65%
Provisões Matemáticas	10.1	3.230.619	3.115.548	3,69%
Benefícios Concedidos		2.945.461	2.699.424	9,11%
Benefícios a Conceder		1.036.876	1.144.552	-9,41%
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(751.719)	(728.428)	3,20%
Equilíbrio Técnico	10.2	(241.203)	(231.510)	4,19%
Resultados Realizados		(241.203)	(231.510)	4,19%
Déficit Técnico Acumulado		(241.203)	(231.510)	4,19%
Fundos	11	55.559	51.145	8,63%
Fundos Previdenciais	11.1	9.669	8.606	12,35%
Fundos Administrativos	11.2	31.443	29.760	5,66%
Fundos dos Investimentos	11.3	14.448	12.780	13,05%
GESTÃO ASSISTENCIAL		89.439	92.844	-3,67%
TOTAL DO PASSIVO		3.199.672	3.083.880	3,75%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Vanessa Evangelista Ramos Rothermel
Diretora Presidente
CPF nº 908.823.699-20

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF nº 647.423.009-63

Paulo César da Silveira
Diretor de Seguridade
CPF nº 299.885.519-91

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC nº 039938/O
CPF nº 070.535.319-29

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis/SC

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(R\$ mil)

DESCRIÇÃO		2018	2017	Variação (%)
	A) Patrimônio Social - início do exercício	2.935.183	2.970.457	-1,19%
	1. Adições	507.406	273.288	85,67%
(+)	Contribuições Previdenciais	219.177	185.585	18,10%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	264.320	65.950	300,79%
(+)	Receitas Administrativas	19.970	18.934	5,47%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	2.271	1.915	18,54%
(+)	Constituição de Fundos de Investimentos	1.668	904	84,51%
	2. Destinações	(397.613)	(308.562)	28,86%
(-)	Benefícios	(368.780)	(286.044)	28,92%
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(8.275)	(2.160)	283,11%
(-)	Despesas Administrativas	(20.503)	(20.358)	0,71%
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(55)	-	-
	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	109.793	(35.274)	411,26%
(+/-)	Provisões Matemáticas	115.071	(279.423)	141,18%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(9.692)	244.080	-103,97%
(+/-)	Fundos Previdenciais	1.063	(1.326)	180,18%
(+/-)	Fundos Administrativos	1.683	491	242,86%
(+/-)	Fundos dos Investimentos	1.668	904	84,47%
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	3.044.976	2.935.183	3,74%
(+/-)	5. Gestão Assistencial	-	-	-
(+)	Receitas Assistenciais	2.590	3.346	-22,59%
(-)	Despesas Assistenciais	(2.590)	(3.346)	-22,59%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Vanessa Evangelista Ramos Rothermel
Diretora Presidente
CPF nº 908.823.699-20

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF nº 647.423.009-63

Paulo César da Silveira
Diretor de Seguridade
CPF nº 299.885.519-91

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC nº 039938/O
CPF nº 070.535.319-29

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis/SC

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(R\$ mil)

Descrição	2018	2017	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	29.760	29.269	1,68%
1. Custeio da Gestão Administrativa	22.241	20.849	6,68%
1.1. Receitas	22.241	20.849	6,68%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	10	10	4,36%
Custeio Administrativo dos Investimentos	15.163	14.684	3,26%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	479	679	-29,46%
Receitas Diretas	1.612	172	837,56%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	2.271	1.915	18,54%
Reembolso da Gestão Assistencial	2.590	3.346	-22,59%
Outras Receitas	116	43	170,36%
2. Despesas Administrativas	18.190	20.358	-10,65%
2.1. Administração Previdencial	13.487	14.522	-7,13%
Pessoal e encargos	7.253	7.381	-1,73%
Treinamentos/congressos e seminários	200	216	-7,27%
Viagens e estadias	110	152	-27,67%
Serviços de terceiros	1.577	1.447	8,97%
Despesas gerais	2.096	1.814	15,54%
Depreciações e amortizações	1.105	2.536	-56,43%
Tributos	916	813	12,65%
Outras Despesas	230	162	41,50%
2.2. Administração dos Investimentos	2.113	2.490	-15,15%
Pessoal e encargos	938	1.066	-12,05%
Treinamentos/congressos e seminários	25	18	38,19%
Viagens e estadias	29	30	-4,13%
Serviços de terceiros	572	941	-39,22%
Despesas gerais	539	434	24,36%
Outras Despesas	10	1	1267,88%
2.3. Administração Assistencial	2.590	3.346	-22,59%
Despesas administrativas	2.590	3.346	-22,59%
2.4. Outras Despesas	-	1	-
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	55	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	2.314	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4)	1.683	491	242,89%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	1.683	491	242,89%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	31.443	29.760	5,66%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Vanessa Evangelista Ramos Rothermel
Diretora Presidente
CPF nº 908.823.699-20

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF nº 647.423.009-63

Paulo César da Silveira
Diretor de Seguridade
CPF nº 299.885.519-91

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC nº 039938/O
CPF nº 070.535.319-29

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis/SC

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO TRANSITÓRIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(R\$ mil)

DESCRIÇÃO		2018	2017	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	514.919	522.001	-1,36%
	1. Adições	101.697	78.167	30,10%
(+)	Contribuições	64.781	60.862	6,44%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	36.916	15.207	142,76%
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	2.098	-
	2. Destinações	(89.131)	(85.249)	4,55%
(-)	Benefícios	(86.278)	(85.248)	1,21%
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(3.142)	-	-
(-)	Custeio Administrativo	289	(1)	26479,62%
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	12.566	(7.082)	277,45%
(+/-)	Provisões Matemáticas	(2.783)	6.080	-145,77%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	15.349	(13.162)	216,61%
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	527.484	514.919	2,44%
	C) Fundos não previdenciais	6.881	7.410	-7,14%
(+/-)	Fundos Administrativos	4.833	5.411	-10,68%
(+/-)	Fundos dos Investimentos	2.048	1.999	2,45%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Vanessa Evangelista Ramos Rothermel
Diretora Presidente
CPF nº 908.823.699-20

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF nº 647.423.009-63

Paulo César da Silveira
Diretor de Seguridade
CPF nº 299.885.519-91

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC nº 039938/O
CPF nº 070.535.319-29

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis/SC

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO TRANSITÓRIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(R\$ mil)

Descrição	2018	2017	Variação (%)
1. Ativo	553.855	539.529	2,66%
Disponível	126	27	366,94%
Recebível	228.142	247.222	-7,72%
Investimentos	325.587	292.280	11,40%
Títulos Públicos	173.150	172.852	0,17%
Créditos Privados e Depósitos	-	33	-
Ações	10.454	6.639	57,46%
Fundos de Investimentos	129.017	97.151	32,80%
Empréstimos	12.966	15.606	-16,92%
2. Obrigações	19.489	17.200	13,30%
Operacional	972	758	28,19%
Contingencial	18.517	16.442	12,62%
3. Fundos não Previdenciais	6.881	7.410	-7,14%
Fundos Administrativos	4.833	5.411	-10,68%
Fundos dos Investimentos	2.048	1.999	2,45%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	527.484	514.919	2,44%
Provisões Matemáticas	556.193	558.976	-0,50%
Superávit/Déficit Técnico	(28.709)	(44.058)	-34,84%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(28.709)	(44.058)	-34,84%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	9.939	10.005	-0,66%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(18.770)	(34.054)	-44,88%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Vanessa Evangelista Ramos Rothermel
Diretora Presidente
CPF nº 908.823.699-20

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF nº 647.423.009-63

Paulo César da Silveira
Diretor de Seguridade
CPF nº 299.885.519-91

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC nº 039938/O
CPF nº 070.535.319-29

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis/SC

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO TRANSITÓRIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(R\$ mil)

Descrição	2018	2017	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	549.021	534.117	2,79%
1. Provisões Matemáticas	556.193	558.976	-0,50%
1.1. Benefícios Concedidos	826.939	803.860	2,87%
Benefício Definido	826.939	803.860	2,87%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(270.745)	(244.884)	10,56%
(-) Déficit equacionado	(270.745)	(244.884)	10,56%
(-) Patrocinador(es)	(135.373)	(122.442)	10,56%
(-) Assistidos	(135.372)	(122.442)	10,56%
2. Equilíbrio Técnico	(28.709)	(44.058)	-34,84%
2.1. Resultados Realizados	(28.709)	(44.058)	-34,84%
(-) Déficit técnico acumulado	(28.709)	(44.058)	-34,84%
3. Fundos	2.048	1.999	2,45%
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.048	1.999	2,45%
4. Exigível Operacional	972	758	28,19%
4.1. Gestão Previdencial	962	749	28,50%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	9	9	2,57%
5. Exigível Contingencial	18.517	16.442	12,62%
5.1 Gestão Previdencial	18.517	16.442	12,62%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Vanessa Evangelista Ramos Rothermel
Diretora Presidente
CPF nº 908.823.699-20

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF nº 647.423.009-63

Paulo César da Silveira
Diretor de Seguridade
CPF nº 299.885.519-91

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC nº 039938/O
CPF nº 070.535.319-29

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis/SC

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO MISTO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(R\$ mil)

DESCRIÇÃO		2018	2017	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	2.369.118	2.399.007	-1,25%
	1. Adições	378.133	174.820	116,30%
(+)	Contribuições	152.092	124.733	21,93%
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	226.041	50.087	351,29%
	2. Destinações	(285.312)	(204.709)	39,37%
(-)	Benefícios	(282.194)	(200.442)	40,79%
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(5.133)	(4.258)	20,54%
(-)	Custeio Administrativo	2.014	(9)	22921,27%
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	92.821	(29.889)	410,56%
(+/-)	Provisões Matemáticas	117.854	(285.503)	141,28%
(+/-)	Fundos Previdenciais	8	(1.628)	100,50%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(25.041)	257.242	-109,73%
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	2.461.940	2.369.118	3,92%
	C) Fundos não previdenciais	(38.979)	(35.113)	11,01%
(+/-)	Fundos Administrativos	(26.580)	(24.332)	9,24%
(+/-)	Fundos dos Investimentos	(12.400)	(10.781)	15,02%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Vanessa Evangelista Ramos Rothermel
Diretora Presidente
CPF nº 908.823.699-20

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF nº 647.423.009-63

Paulo César da Silveira
Diretor de Seguridade
CPF nº 299.885.519-91

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC nº 039938/O
CPF nº 070.535.319-29

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis/SC

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO MISTO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(R\$ mil)

Descrição	2018	2017	Variação (%)
1. Ativo	2.538.267	2.436.306	4,19%
Disponível	58	179	-67,72%
Recebível	253.653	267.164	-5,06%
Investimentos	2.284.556	2.168.962	5,33%
Títulos Públicos	1.237.802	1.229.874	0,64%
Créditos Privados e Depósitos	75.483	74.094	1,87%
Ações	62.530	39.710	57,47%
Fundos de Investimentos	743.235	642.256	15,72%
Investimentos Imobiliários	83.221	95.535	-12,89%
Empréstimos	82.284	87.494	-5,95%
2. Obrigações	37.348	32.074	16,45%
Operacional	13.175	12.229	7,74%
Contingencial	24.173	19.845	21,81%
3. Fundos não Previdenciais	38.979	35.113	11,01%
Fundos Administrativos	26.580	24.332	9,24%
Fundos dos Investimentos	12.400	10.781	15,02%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	2.461.940	2.369.118	3,92%
Provisões Matemáticas	2.674.425	2.556.571	4,61%
Superávit/Déficit Técnico	(212.494)	(187.453)	13,36%
Fundos Previdenciais	8	-	-
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(212.494)	(187.453)	13,36%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	124.400	106.784	16,50%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(88.094)	(80.669)	9,20%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Vanessa Evangelista Ramos Rothermel
Diretora Presidente
CPF nº 908.823.699-20

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF nº 647.423.009-63

Paulo César da Silveira
Diretor de Seguridade
CPF nº 299.885.519-91

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC nº 039938/O
CPF nº 070.535.319-29

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis/SC

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO MISTO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(R\$ mil)

Descrição	2018	2017	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	2.511.687	2.411.974	4,13%
1. Provisões Matemáticas	2.674.425	2.556.571	4,61%
1.1. Benefícios Concedidos	2.118.523	1.895.564	11,76%
Benefício Definido	2.118.523	1.895.564	11,76%
1.2. Benefício a Conceder	1.036.876	1.144.552	-9,41%
Contribuição Definida	893.643	949.111	-5,84%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es) /instituidor(es)	372.569	382.424	-2,58%
Saldo de contas - parcela participantes	521.074	566.687	-8,05%
Benefício Definido	143.232	195.441	-26,71%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(480.973)	(483.544)	-0,53%
(-) Déficit equacionado	(480.973)	(483.544)	-0,53%
(-) Patrocinador(es)	(240.559)	(241.772)	-0,50%
(-) Participantes	(19.637)	(19.267)	1,92%
(-) Assistidos	(220.778)	(222.505)	-0,78%
2. Equilíbrio Técnico	(212.494)	(187.453)	13,36%
2.1. Resultados Realizados	(212.494)	(187.453)	13,36%
(-) Déficit técnico acumulado	(212.494)	(187.453)	13,36%
3. Fundos	12.408	10.781	15,09%
3.1. Fundos Previdenciais	8	-	-
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	12.400	10.781	15,02%
4. Exigível Operacional	13.175	12.229	7,74%
4.1. Gestão Previdencial	9.067	8.480	6,93%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	4.108	3.749	9,56%
5. Exigível Contingencial	24.173	19.845	21,81%
5.1 Gestão Previdencial	24.173	19.845	21,81%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Vanessa Evangelista Ramos Rothermel
Diretora Presidente
CPF nº 908.823.699-20

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF nº 647.423.009-63

Paulo César da Silveira
Diretor de Seguridade
CPF nº 299.885.519-91

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC nº 039938/O
CPF nº 070.535.319-29

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis/SC

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO PECÚLIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(R\$ mil)

DESCRIÇÃO		2018	2017	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	8.606	8.304	3,63%
(+) 1. Adições	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.363	656	107,80%
		1.363	656	107,80%
(-) 2. Destinações	Benefícios	(308)	(354)	-13,08%
	Custeio Administrativo	(308)	(354)	-12,93%
		1	-	-
(+/-) 3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	Fundos Previdenciais	1.055	302	249,59%
		1.055	302	249,54%
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	9.661	8.606	12,26%
(+/-) C) Fundos não previdenciais	Fundos Administrativos	30	17	79,23%
		30	17	79,23%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Vanessa Evangelista Ramos Rothermel
Diretora Presidente
CPF nº 908.823.699-20

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF nº 647.423.009-63

Paulo César da Silveira
Diretor de Seguridade
CPF nº 299.885.519-91

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC nº 039938/O
CPF nº 070.535.319-29

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis/SC

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO PECÚLIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(R\$ mil)

Descrição	2018	2017	Variação (%)
1. Ativo	9.696	8.629	12,37%
Disponível	5	6	-17,47%
Recebível	30	17	79,12%
Investimentos	9.661	8.606	12,26%
Títulos Públicos	7.608	6.975	9,08%
Ações	189	120	57,47%
Fundos de Investimentos	1.865	1.512	23,38%
2. Obrigações	6	6	-13,35%
Operacional	6	6	-13,35%
3. Fundos não Previdenciais	30	17	79,23%
Fundos Administrativos	30	17	79,23%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	9.661	8.606	12,26%
Fundos Previdenciais	9.661	8.606	12,26%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Vanessa Evangelista Ramos Rothermel
Diretora Presidente
CPF nº 908.823.699-20

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF nº 647.423.009-63

Paulo César da Silveira
Diretor de Seguridade
CPF nº 299.885.519-91

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC nº 039938/O
CPF nº 070.535.319-29

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL - CELOS
Florianópolis/SC

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO PECÚLIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(R\$ mil)

Descrição	2018	2017	Variação (%)
Provisões Técnicas (3+4)	9.666	8.612	12,24%
3. Fundos	9.661	8.606	12,26%
3.1. Fundos Previdenciais	9.661	8.606	12,26%
4. Exigível Operacional	6	6	-13,35%
4.1. Gestão Previdencial	5	4	12,05%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1	2	-56,10%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Vanessa Evangelista Ramos Rothermel
Diretora Presidente
CPF nº 908.823.699-20

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF nº 647.423.009-63

Paulo César da Silveira
Diretor de Seguridade
CPF nº 299.885.519-91

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC nº 039938/O
CPF nº 070.535.319-29

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

FUNDAÇÃO CELESC DE SEGURIDADE SOCIAL – CELOS
Florianópolis/SC
CNPJ nº 82.956.996/0001-78

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS, inscrita no CNPJ nº 82.956.996/0001-78, com sede na Avenida Hercílio Luz, nº 639 - 6º e 7º andar - Ed. Alpha Centauri, foi instituída pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, nas Assembleias Gerais Extraordinárias – AGE de acionistas, realizadas em 09 de dezembro de 1969 e 19 de setembro de 1973. É uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, regida pela legislação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, pelo seu Estatuto, pelos Regulamentos dos Planos de Benefícios, normas, instruções, planos de ação e demais atos aprovados por seu Conselho Deliberativo, tendo por finalidade:

- Instituir, administrar e executar planos de natureza previdenciária aos empregados das patrocinadoras que assinaram ou que venham a assinar o Convênio de Adesão, conforme consta no Estatuto e nos Regulamentos dos Planos de Benefícios, na forma da lei.
- Administrar e executar planos de assistência à saúde, referido no artigo 76 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, destinado aos Participantes Ativos e Assistidos – e seus respectivos beneficiários, observadas as leis e regulamentos aplicáveis à Saúde Suplementar.
- Estabelecer acordo, contrato ou convênio com entidade de direito público ou privado, objetivando a consecução de seus objetivos.
- Manter o Plano de Pecúlio, instituído em 1997, mediante contribuição específica definida em nota técnica atuarial anual, respeitada a legislação pertinente.

A CELOS, conforme definido nos respectivos Regulamentos dos Planos de Benefícios e Resolução CGPC/MPS nº 16 de 22 de novembro de 2005, administra os seguintes Planos Previdenciários:

- Plano Transitório – CNPB 19.960.052-19 – Tipo do Plano: Benefício Definido.
Plano fechado para novas adesões desde 01/1997, sendo que não há mais participantes na condição de Ativo, ou seja, todos estão em gozo de benefício.
- Plano Misto – CNPB 19.960.051-38 – Tipo do Plano: Contribuição Variável.
Plano de Contribuição Definida durante a capitalização e Benefício Definido no gozo dos benefícios. Instituído em 01/01/1997, sendo que o processo de migração do Plano Transitório para o Plano Misto ocorreu de maio a agosto de 1999 e fevereiro de 2000, com 98% de migração dos Participantes Ativos. Para os participantes que aderiram ao Plano a partir da versão 14 do Regulamento, aprovado pela PREVIC em 16/07/2018, o Plano Misto passou à categoria de Contribuição Definida tanto na fase de capitalização quanto na fase de gozo dos benefícios.
- Plano de Pecúlio – CNPB 19.970.023-29 – Tipo do Plano: Benefício de Risco.
Plano aprovado pela SPC/MPAS, por meio do ofício nº 546 SPC/CGOF/COJ, de 19/08/1997, sendo que atualizações dos valores de cobertura ocorrem em outubro de cada ano pelo indexador atuarial do Plano. Sua cobertura se dá por morte natural, morte acidental (três vezes o valor da morte natural) ou invalidez do Participante,

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

reconhecida por um dos regimes de previdência oficial, em decorrência de acidente do trabalho ou doença do trabalho, cujo fato gerador seja posterior à sua adesão (pagamento de 75% da morte natural).

Destaca-se que a CELOS possuía em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o seguinte perfil de Participantes:

Tabela 1 - Quantidade de Participantes

Participantes	2018			2017		
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio
Ativos	-	3.148	3.119	-	3.202	3.188
Assistidos	1.091	3.012	285	1.140	2.673	286
Pensionista	975	322	-	980	325	-
Autopatrocinados	-	20	15	-	170	159
BPD (a)	-	33	1	-	4	-
Total	2.066	6.535	3.405	2.120	6.374	3.633

(a) BPD - Benefício Proporcional Diferido

Fonte: Cadastro Unificado CELOS

A idade média dos Participantes dos Planos Previdenciários da CELOS por condição de sócio é:

Tabela 2 - Idade Média dos Participantes

Participantes	2018			2017		
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio
Ativos	-	45	45	-	46	46
Assistidos	76	63	63	75	63	63
Pensionista	73	59	-	77	62	-
Autopatrocinados	-	50	50	-	53	53
BPD (a)	-	38	27	-	49	-

(a) BPD - Benefício Proporcional Diferido

Fonte: Cadastro Unificado CELOS

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras da CELOS estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras e em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, especificamente a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações posteriores.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos circulantes e não circulantes, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura de planificação contábil padrão das EFPC's reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas a gestão previdencial, assistencial, administrativa, e o fluxo dos investimentos, proporcionem informações adequadas, confiáveis e relevantes, em conformidade com o item 63 da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 19.27.

As demonstrações são apresentadas de maneira consolidada e também por cada um dos Planos de Benefícios, quando aplicável.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da CELOS em 01 de março de 2019, submetendo-se nesta data à aprovação do Conselho Deliberativo e apreciação do Conselho Fiscal.

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na elaboração deste documento foram utilizadas estimativas e premissas para registrar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas contábeis foram baseadas no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras, cuja metodologia adotada envolve normalmente fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil do ativo imobilizado, a avaliação da carteira de investimento, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão para demandas judiciais, ativos e passivos relacionados a participantes, assistidos e empregados e os cálculos atuariais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá eventualmente resultar em valores diferentes daqueles provisionados. Visando um acompanhamento permanente destas estimativas, a Entidade revisa, conforme o caso, as metodologias e premissas inerentes, pelo menos anualmente.

O resultado de cada Plano de Benefício, do Administrativo e do Consolidado é apurado mensalmente de acordo com o princípio contábil da competência e demais princípios aplicáveis, verificados em todos os registros contábeis, além das disposições da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, e Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, art. 30 e Instrução PREVIC nº 10, de 30 de novembro de 2018. O valor do ajuste de precificação, positivo ou negativo, será acrescido ou deduzido ao resultado, respectivamente, para fins de apuração de *déficit* ou *superávit*, visando em ambos os casos eventual equacionamento.

O valor do ajuste de precificação mencionado corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais, atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos, com base na sua taxa de juros, levados até o vencimento.

De acordo com o artigo 20, da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, o *Superávit Técnico* apurado é destinado à formação de Reserva de Contingência até o limite de 25% das Provisões Matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula $[(10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})) \times \text{Provisão Matemática}]$, o que for menor, conforme determinado pela Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018. Ultrapassado esse limite, a parcela excedente deverá ser destinada e contabilizada em "Reserva Especial para Revisão de Plano", podendo ser utilizada nos termos dos parágrafos do artigo supracitado e da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018. O *superávit* ou *déficit* técnico são demonstrados pela sua totalidade, sem distinção dos valores apurados no exercício.

Também em atenção ao parágrafo único - artigo 15 da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, o limite citado anteriormente é calculado sobre a totalidade das provisões matemáticas que representam a parte dos benefícios estruturados como Benefício Definido, conforme classificação estabelecida pela Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

Com base no art. 29 da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, deverá ser elaborado até o final do exercício subsequente um plano de equacionamento do *superávit* ou *déficit* técnico acumulado que ultrapassar o limite calculado pela seguinte fórmula $[1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}]$, devendo este, dentro do prazo, ser aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade são:

3.1. Apuração de Resultado - Registro das Adições, Destinações, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Destinações da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento, como as variações patrimoniais da Gestão Assistencial, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As Rendas/Variações Positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre o capital próprio recebido em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

3.2. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido e vincendo, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no item 11, Anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações posteriores.

Na constituição da provisão, referentes aos direitos creditórios de liquidação duvidosa, são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias.
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias.
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias.
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

3.3. Provisão de férias e 13º salário e respectivo encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço, mais a diferença de 50% e 13º salários, são provisionadas no Programa de Gestão Administrativa - PGA segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

3.4. Ativos Contingentes

A CELOS tem a possibilidade de ser credora de valor a receber perante o Fundo Nacional de Desenvolvimento, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES, em razão de ação judicial movida pela ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar), entidade da qual é associada, que ingressou com ação judicial na condição de substituto processual de suas associadas que possuíam títulos de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFNDs adquiridos em função do Decreto-Lei nº 2.228/86, alterado pelo DC 2383/87 (**ver Nota Explicativa nº 13**).

3.5. Segregação entre Planos

Os ativos e passivos, bem como as receitas e despesas, possuem forma de segregação real.

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

Segregação Real: A forma de registro, controle e acompanhamento dos recursos garantidores dos planos de benefícios são individualizadas na aplicação dos recursos, ou seja, a entidade adota o padrão multifundo para seus planos.

Segregação por cotas: Forma de registro, controle e acompanhamento dos recursos garantidores dos planos de benefícios em que não há individualização na aplicação dos recursos (unifundo), sendo necessário definir um procedimento para cotizar os investimentos de cada plano de benefícios.

3.6. Empréstimos

Correspondem às operações com Participantes Ativos e Assistidos e estão registradas pelo valor atualizado dos débitos oriundos de empréstimos concedidos pela CELOS, permitidos pela Resolução 4.661/2018 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

As concessões de empréstimos a Participantes Ativos e Assistidos têm como base os seguintes prazos e condições:

- Líquido disponível:
 - ✓ Participantes Ativos e Vinculados ao Plano de Demissão: a margem consignável para o cálculo do líquido disponível será de 20% da remuneração fixa, deduzidas as pensões judiciais, quando houver.
 - ✓ Participantes Assistidos: a margem consignável para cálculo do líquido disponível será de 30% do valor bruto do benefício, deduzidas as pensões judiciais, quando houver.
 - ✓ Participantes Assistidos que recebem o valor de benefício até o piso salarial: além das pensões judiciais, serão deduzidas também as contribuições do Plano CELOS Saúde, quando houver.
 - ✓ Será aplicada a tabela de redução escalonada do líquido disponível para os Participantes Ativos e Assistidos inadimplentes, com a redução de 1% para cada registro de inadimplência total ou parcial das parcelas de empréstimo, independente do contrato em vigor, observando o histórico de pagamento dos últimos 24 meses.
- Inadimplência Parcial:
 - ✓ Será utilizada uma margem de tolerância de até 5% do valor da parcela para que os pagamentos parciais sejam considerados inadimplência. Excedidos os 5% de tolerância, o pagamento parcial será contabilizado para a aplicação da redução escalonada do líquido disponível.
- Carência por inadimplência:
 - ✓ Nas situações de inadimplência, principalmente as que demandem execução judicial, a concessão de novo empréstimo estará sujeita a carência de 12 (doze) meses, sendo possível apenas renegociação do saldo devedor.
- Limite do valor da concessão:
 - ✓ O valor emprestado será limitado a 100% do saldo da Conta Individual de Aposentadoria (CIAP).
- Prazo de amortização e taxa de juros:
 - ✓ Prazo normal de concessão de 01 a 60 prestações mensais e consecutivas.

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

- ✓ Prazo especial para concessão de até 84 meses somente para renegociações, sem liberação de novos recursos (repactuação “sem dinheiro novo”), mediante análise prévia e aprovação da Comissão de Análise de Crédito e Diretoria Executiva.
- ✓ Taxa de juros de 0,60% ao mês, aplicados “pro rata die”, quando for o caso.

Para Participantes Ativos ou Assistidos com idade acima de 70 anos, o prazo máximo para concessão será de até 60 prestações, conforme Regulamento para análise, concessão de crédito e cobrança de débitos de empréstimos da CELOS vigente.

3.7. Imobilizado (Permanente)

Os itens que compõem o Ativo Imobilizado da CELOS são depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem, estimada na aquisição à base das seguintes alíquotas anuais:

Tabela 3 - Depreciação

Descrição	Alíquota Anual
Instalações em Geral	10%
Móveis, Utensílios, Máquinas e Equipamentos de Uso	10%
Computadores e Periféricos	20%
Veículos (exceto Utilitários)	20%
Ventiladores - Refrigeradores de Ar	25%

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

Os imóveis de uso próprio (administrativo) seguem a vida útil estimada pelo laudo de reavaliação.

3.8. Intangível (Permanente)

Os custos de desenvolvimento de programas computacionais registrados no grupo "intangível" tem a amortização iniciada após a conclusão de sua implantação pelo prazo de 60 meses. No registro contábil das amortizações, a CELOS observa as seguintes regras:

- A amortização do intangível é contabilizada mensalmente como redutora, em conta analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida a conta de resultado do PGA;
- A amortização é calculada pelo método linear; e
- A amortização do intangível independe da existência do resultado do PGA.

3.9. Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e suas alterações posteriores, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações posteriores, os registros das operações administrativas são efetuados por meio do PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos Planos de Benefícios Previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (taxa de administração previdencial, taxa de administração sobre empréstimos, reembolso de algumas despesas administrativas de investimentos e diretas, e reembolsos administrativos das atividades assistenciais), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, assistencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Plano de Benefício Previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos Patrocinadores, Participantes Ativos e Assistidos dos Planos Previdenciais.

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

As receitas administrativas da CELOS são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente. Os valores relativos à taxa de administração da Gestão Assistencial são apurados em valores equivalentes às despesas administrativas assistenciais e devidamente reembolsadas.

A partir de 2016, a CELOS adotou a taxa de administração em substituição a taxa de carregamento, passando a aplicar o percentual de 0,55% ao ano sobre o montante dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios, sendo esta taxa descontada diariamente, equivalendo ao desconto de 0,00217% sobre os recursos garantidores dos Planos Previdenciários. Em 2017 passou para 0,60%, e 2018 se manteve em 0,60%.

Para determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada Plano, a CELOS utiliza o seguinte critério:

- O saldo do fundo administrativo de cada Plano é proporcional ao saldo dos recursos garantidores do referido Plano Previdenciário.
- Despesas Comuns: utilização de critério de rateio que leva em consideração o número de Participantes Ativos e Assistidos, modalidade do Plano e seus benefícios oferecidos, entre outros, que é base para apuração do percentual de participação de cada Plano nas despesas administrativas comuns.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da CELOS e estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009.

3.10. Imposto de Renda na Fonte

A Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, dispensou as Entidades Fechadas de Previdência Complementar da retenção na fonte e do pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações.

3.11. PIS/COFINS

As contribuições de PIS e COFINS são apuradas, conforme Instrução Normativa SRF nº 247, de 21 de novembro de 2002, alterada pelas Instruções Normativas RFB nº 1.285, de 13 de agosto de 2012 e nº 1.544, de 26 de janeiro de 2015, que definem a base de cálculo e alíquota para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPCs e depositadas em juízo.

3.12. Investimentos

Para o registro dos investimentos foram observados os critérios aplicáveis emanados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conforme suas alçadas de competência.

Essas regras foram aplicadas tanto para os investimentos que se encontram na carteira própria da CELOS, quanto para aqueles investimentos em fundos de investimentos exclusivos, conforme as categorias abaixo definidas:

- Ativos de renda fixa: os registros e a avaliação contábil dos ativos de renda fixa obedecem aos critérios da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018. Assim, os ativos classificados em Títulos para Negociação (Marcação a Mercado – MtM) foram ajustados pelo valor de mercado; já os Títulos Mantidos até o Vencimento (Marcação na Curva – HtM) foram avaliados pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos.

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

- **Ações:** esses ativos são ajustados pelo seu valor de mercado na data do fechamento do exercício. As rendas oriundas de dividendos, de juros sobre capital próprio e de bonificações decorrentes de investimentos em ações foram reconhecidas contabilmente a partir da publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas.
- **Fundos de Investimentos:** são registrados com base no valor das cotas na data de fechamento do exercício. As cotas, por sua vez, consideram o valor de mercado ou o melhor valor estimado para os ativos que compõem as carteiras dos fundos.
- **Investimentos Imobiliários:** os imóveis em construção foram considerados pelo valor de obras executadas, enquanto os imóveis prontos para uso foram considerados pelo valor de mercado. Tanto o valor dos imóveis em construção quanto dos finalizados foi definido com base em laudo de técnico de avaliação emitido por empresa independente, conforme anexo A, item 19, da Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009.
- **Empréstimos a participantes:** são registrados pelo valor concedido, acrescido de atualização monetária e juros pactuados. Os empréstimos inadimplentes seguem as regras de provisão estabelecidas, conforme mencionado no item 3.6.

4. REALIZÁVEL

4.1. Gestão Previdencial

Este grupo de contas é constituído de recursos a receber, relativos às contribuições para o Plano de Benefícios, adiantamentos, depósitos judiciais/recursais e outros realizáveis, conforme segue:

Tabela 4 - Realizável da Gestão Previdencial (R\$ mil)

	2018			2017		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Recursos a Receber	218.448	224.537	442.985	236.720	240.171	476.891
Contribuições do Mês	2.940	15.396	18.335	2.769	13.104	15.873
Contribuições em Atraso	30	27	57	-	21	21
Contribuições Contratadas	215.479	209.114	424.593	233.951	227.041	460.992
Outros Recursos a Receber	-	-	-	-	5	5
Adiantamentos	101	1	101	103	-	103
Depósitos Judiciais/Recursais	4.737	2.165	6.902	4.954	2.525	7.479
Outros Realizáveis	23	372	394	34	136	170
Total	223.309	227.073	450.382	241.811	242.832	484.643

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

No grupo contábil *Recursos a Receber* são registradas contribuições normais do mês de dezembro de 2018, recebidas no mês posterior, contribuições normais em atraso e contribuições contratadas, que se referem a serviço passado.

As *Contribuições Contratadas* são decorrentes do contrato firmado com a Patrocinadora em 30 de novembro de 2001, para pagamento em 277 parcelas mensais e sucessivas, com a incidência de juros à taxa de 6% ao ano e atualização mensal pela variação do indexador atuarial (IPCA a partir de outubro de 2010), tendo como objeto a amortização da dívida consolidada da antiga reserva matemática, por parte da Celesc, conforme assegurado no Regulamento vigente do Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001.

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

Em 31 de dezembro de 2018 restavam 72 parcelas a pagar. Durante o exercício de 2018, todas as parcelas do contrato foram quitadas e a evolução do saldo do contrato é:

Tabela 5 - Realizável da Gestão Previdencial - Contribuições Contratadas (R\$ mil)

	2018			2017		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Saldo Anterior	233.951	227.041	460.992	252.200	244.750	496.950
Valores Recebidos	41.039	39.827	80.865	39.591	38.421	78.012
Indexador / Juros	22.566	21.900	44.466	21.342	20.712	42.054
Saldo Atual	215.479	209.114	424.593	233.951	227.041	460.992

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

Vale destacar que este contrato possui como garantia a utilização preferencial dos recursos que serão creditados em contas da Celesc junto aos bancos credenciados, oriundo da cobrança de faturas de energia elétrica.

No grupo contábil *Adiantamentos*, constam os valores referentes a adiantamento de benefícios de recursos relativos à Gestão Previdencial que contribuíram para a formação de resultados de meses subsequentes.

Já o grupo contábil *Depósitos Judiciais/Recursais* representa o total depositado em juízo relativo às contingências passivas da Gestão Previdencial (**ver Nota Explicativa nº 9.1**).

Tabela 6 - Realizável da Gestão Previdencial - Depósitos Judiciais e Recursais (R\$ mil)

	2018			2017		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Depósitos Judiciais	4.631	1.847	6.478	4.843	2.127	6.970
Depósitos Recursais	106	318	424	111	398	509
Saldo Atual	4.737	2.165	6.902	4.954	2.525	7.479

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

A variação no grupo *Outros Realizáveis* decorre de parcelamentos de acordos de empréstimos e de transferências de valores entre os Planos, em virtude do processo de segregação real do patrimônio dos Planos, conforme segue:

Tabela 7 - Realizável da Gestão Previdencial - Outros Realizáveis (R\$ mil)

	2018			2017		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Outros Realizáveis	23	371	394	34	136	170
Parcelamento	-	107	107	-	115	115
A receber dos Planos	23	264	287	34	19	53
Outros	-	-	-	-	2	2
Total	23	371	394	34	136	170

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

4.2. Gestão Administrativa

A composição da Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é:

Tabela 8 - Realizável da Gestão Administrativa (R\$ mil)

	2018	2017
Contas a Receber	428	224
Responsabilidade de Empregados	46	38
Responsabilidade de Terceiros	43	25
Outros Recursos a Receber	338	161
Depósitos Judiciais/Recursais	6.156	4.852
Tributos a Compensar	79	-
Outros Realizáveis	1.517	1.489
Total	8.179	6.565

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

No grupo contábil de *Contas a Receber* é registrada a rubrica responsabilidade de empregados, que se refere a adiantamentos de salário e viagens, bem como de 13º salário. Já na rubrica responsabilidade de terceiros está contabilizado o seguro predial do Edifício Alpha Centauri (sede da Entidade) e Beira Mar Continental (sala de contingência) e o seguro do automóvel, além das garantias de *hardware*. Por fim, a rubrica outros recursos a receber, se referem aos valores a receber do Plano CELOS Saúde, a título de rateio de despesas e reembolsos administrativos.

O saldo da rubrica *Depósitos Judiciais/Recursais* se refere a valores de PIS e COFINS, depositados judicialmente no período de 06/2006 a 09/2007, Processo nº 0006189-66.2006.404.7200/SC, com julgamento final a favor da CELOS, mas ainda pendente da homologação pela Receita Federal do Brasil - RFB. Vale destacar que foi impetrado também o mandado de segurança com pedido de liminar contra os recolhimentos realizados a partir de 2015 de PIS e COFINS, por meio do Processo nº 5023155-04.2015.404.7200/SC, que transita na 4ª Vara Federal em Florianópolis/SC. O objetivo é de questionar a incidência de PIS e COFINS sobre receitas da atividade ou objeto principal da CELOS, tendo em vista que a Entidade não apura receita.

Vale ressaltar que a CELOS ingressou em ação ordinária com pedido de antecipação de tutela e de repetição de indébito contra o recolhimento de contribuições incidentes sobre as remunerações pagas a empregados (SAT de 0,5%, Salário Educação de 2,5% e INCRA de 0,2%), cujos valores são mensalmente depositados em conta judicial.

Também estão contabilizados na rubrica *Depósitos Judiciais/Recursais* os depósitos recursais de processos trabalhistas movidos contra a CELOS.

Tabela 9 - Realizável da Gestão Administrativa - Depósitos Judiciais e Recursais (R\$ mil)

	2018	2017
Depósitos Judiciais	6.100	4.852
Depósitos de PIS e COFINS (Processo nº 0006189-66.2006.404.7200/SC)	2.616	2.542
Depósitos de PIS e COFINS (Processo nº 5023155-04.2015.404.7200/SC)	3.261	2.149
Depósitos de INSS	223	161
Depósitos Recursais	56	-
Depósitos de Processos Trabalhistas	56	-
Total	6.156	4.852

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

Já a variação da rubrica *Tributos a Compensar* deve-se a valores tributários a serem recuperados, em virtude de divergências de recolhimento, sendo estes compostos por tributos federais que serão analisados e restituídos no próximo exercício.

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

O saldo de *Outros Realizáveis* se refere ao almoxarifado, transferência de valores entre os Planos Previdenciários e PGA, em virtude do processo de segregação real do patrimônio dos Planos Transitório e Misto, e cotas de cooperativas, conforme segue:

Tabela 10 - Realizável da Gestão Administrativa - Outros Realizáveis (R\$ mil)

	2018	2017
Outros Realizáveis	1.517	1.488
Almoxarifado	11	12
A receber dos Planos	1.281	1.272
Cotas de Cooperativas	225	204
Credelesc	225	204
Total	1.517	1.488

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

5. INVESTIMENTOS

Os recursos garantidores dos Planos são alocados de acordo com a Política de Investimento de cada Plano, as quais são aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo. A Política de Investimento é o documento que determina estrategicamente as diretrizes da aplicação dos recursos, cumprindo limites, características de risco e ativos elegíveis.

O Realizável dos Investimentos é composto pelas contas de Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, Ações, Fundo de Investimento, Investimentos Imobiliários e Empréstimos e Financiamentos, como consta a seguir:

Tabela 11 - Realizável dos Investimentos (R\$ mil)

	2018					2017				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total
Títulos Públicos	173.150	1.237.802	7.608	11.226	1.429.787	172.852	1.229.874	6.975	10.336	1.420.037
Créditos Privados e Depósitos	-	75.483	-	-	75.483	33	74.094	-	-	74.127
Ações	10.454	62.530	189	-	73.172	6.638	39.710	120	-	46.468
Fundos de Investimento	129.017	743.235	1.865	11.304	885.421	97.151	642.256	1.511	10.687	751.605
Investimentos Imobiliários	-	83.221	-	-	83.221	-	95.535	-	-	95.535
Empréstimos e Financiamentos	12.966	82.284	-	-	95.250	15.606	87.494	-	-	103.100
Total	325.588	2.284.557	9.661	22.530	2.642.334	292.280	2.168.963	8.606	21.023	2.490.872

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

A rentabilidade do Plano Transitório e do Plano Misto em 2018 foi de 10,67% e 10,42%, respectivamente. Esse desempenho superou a meta atuarial para o período, que ficou em 9,62% no Plano Transitório e 9,39% no Plano Misto. Já o Plano de Pecúlio e o Plano de Gestão Administrativo (PGA) apresentaram em 2018 rentabilidades de 16,09% e 10,19%, respectivamente, os quais também superaram seus objetivos de rentabilidade, conforme segue:

Tabela 12 - Realizável dos Investimentos - Rentabilidade dos Planos (R\$ mil)

	Plano Transitório		Plano Misto		Plano Pecúlio		PGA		
	Volume de Recursos	Rentab. (%) ao ano	Volume de Recursos	Rentab. (%) ao ano	Volume de Recursos	Rentab. (%) ao ano	Volume de Recursos	Rentab. (%) ao ano	Total de Recursos
Renda Fixa	245.081	10,13%	1.659.592	11,95%	8.265	15,33%	22.530	10,75%	1.935.467
Renda Variável	35.279	31,06%	247.746	29,02%	809	30,38%	-	-	283.834
Investimento Estruturado	32.262	16,80%	211.712	16,52%	587	17,54%	-	-	244.561
Investimentos Imobiliários	-	-	83.221	-4,00%	-	-	-	-	83.221
Empréstimos a Participantes	12.966	12,02%	82.284	12,36%	-	-	-	-	95.250
Total (a)	325.587	10,65%	2.284.556	10,42%	9.661	16,09%	22.530	10,19%	2.642.334

(a) A diferença visualizada entre a rentabilidade dos segmentos e a do Plano decorre da dedução de despesas da carteira.

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

5.1. Títulos Públicos

Os títulos públicos constantes nas carteiras dos Planos compreendem Notas do Tesouro Nacional (NTN) das Séries B e C, que garantem rentabilidade real desde que mantidas até o vencimento, pois seu rendimento é composto por duas variáveis: taxa prefixada de juros e a variação da inflação (IPCA no caso da Série B e IGPM no caso da Série C).

Títulos Públicos podem ser contabilizados a Mercado (MtM) ou pela Curva (HtM). O procedimento de marcação a mercado compreende o registro pelos preços transacionados no mercado. Já no procedimento de marcação pela curva, o valor do título corresponderá ao custo de aquisição, acrescido da atualização pelo indexador e juros vinculados ao papel, ambos calculados sobre o valor de face. Cada procedimento de registro gera diferentes rentabilidades e preço para um mesmo ativo, sendo que a marcação na curva (HtM) deve ser utilizada quando a intenção for manter o título até a data do seu vencimento.

Tabela 13 - Realizável dos Investimentos - Títulos Públicos (R\$ mil)

	2018					2017				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total
Títulos Públicos	173.150	1.237.802	7.608	11.226	1.429.787	172.852	1.229.874	6.975	10.336	1.420.037
NTN-B	169.754	821.967	3.867	6.970	1.002.558	163.849	803.605	3.629	6.523	977.606
NTN-C	3.396	415.836	3.741	4.257	427.229	3.127	390.839	3.346	3.813	401.125
LFT	-	-	-	-	-	5.876	35.430	-	-	41.306
Total	173.150	1.237.802	7.608	11.226	1.429.787	172.852	1.229.874	6.975	10.336	1.420.037

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

Conforme preconizado pela Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002 e alterações posteriores, a Fundação realiza estudos de liquidez considerando o fluxo previsto de pagamentos de benefícios para medir a capacidade de cumprir seus compromissos financeiros, mesmo com a marcação de títulos públicos na curva do papel. No ano de 2018 não ocorreram mudanças de classificação de títulos, e novas aquisições foram realizadas considerando o fluxo previsto de pagamentos dos Planos.

No quadro a seguir é demonstrada a composição da carteira de investimentos em títulos públicos, segundo os prazos de vencimento, conforme Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002:

Tabela 14 - Realizável dos Investimentos - Títulos Públicos Mantidos até o Vencimento e para Negociação (R\$ mil)

	2018				
Prazos	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total
Até 1 ano	-	-	-	-	-
De 1 a 5 anos	31.526	250.364	1.559	1.044	284.493
De 5 a 10 anos	-	19.891	-	-	19.891
De 10 a 20 anos	102.205	625.772	4.215	5.587	737.779
De 20 a 30 anos	26.176	97.770	719	2.067	126.733
Acima de 30 anos	13.243	244.007	1.114	2.528	260.892
Total	173.150	1.237.802	7.608	11.226	1.429.787

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

Todos os títulos públicos da CELOS se encontram em Carteira Própria, com gestão interna, sendo a custódia realizada pelo Banco Bradesco S.A.

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

Em 31 de dezembro de 2018 a carteira de Títulos Públicos da Fundação tinha a seguinte taxa e forma de marcação por papel:

Tabela 15 - Realizável dos Investimentos - Carteira de Títulos Públicos (R\$ mil)

Ativo	Vencimento	Mercado	Taxa	2018				
				Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total
NTN-B	15/08/2020	Mercado	3,04%	-	-	337	-	337
NTN-B	15/05/2021	Mercado	3,44%	5.710	-	-	-	5.710
NTN-B	15/05/2021	Curva	6,25%	3.354	-	-	-	3.354
NTN-B	15/05/2023	Curva	6,27%	-	31.507	-	-	31.507
NTN-B	15/05/2023	Curva	6,23%	14.198	25.241	-	-	39.440
NTN-B	15/05/2023	Curva	5,90%	-	41.514	-	-	41.514
NTN-B	15/08/2024	Curva	6,75%	980	5.122	37	103	6.243
NTN-B	15/08/2024	Mercado	4,43%	648	-	1.061	575	2.284
NTN-B	15/08/2024	Curva	6,10%	-	78.665	-	-	78.665
NTN-B	15/08/2024	Curva	6,14%	-	36.562	-	-	36.562
NTN-B	15/08/2024	Curva	6,36%	3.240	16.089	-	-	19.329
NTN-B	15/08/2026	Curva	6,10%	-	19.891	-	-	19.891
NTN-B	15/08/2030	Mercado	4,76%	-	10.839	161	467	11.467
NTN-B	15/08/2030	Curva	5,90%	90.416	-	-	-	90.416
NTN-B	15/08/2030	Curva	6,84%	3.567	18.620	133	372	22.693
NTN-B	15/08/2030	Curva	6,29%	-	55.258	-	-	55.258
NTN-B	15/08/2030	Curva	6,53%	-	30.989	-	-	30.989
NTN-B	15/08/2030	Curva	6,98%	-	23.947	-	-	23.947
NTN-B	15/08/2030	Curva	7,06%	-	19.933	-	-	19.933
NTN-B	15/08/2030	Curva	7,29%	-	23.101	-	-	23.101
NTN-B	15/05/2035	Curva	6,87%	4.139	21.602	155	430	26.327
NTN-B	15/05/2035	Curva	6,60%	4.083	21.308	150	426	25.968
NTN-B	15/08/2040	Mercado	4,92%	2.596	8.698	66	206	11.565
NTN-B	15/08/2040	Curva	6,94%	4.116	21.483	154	428	26.181
NTN-B	15/05/2045	Curva	6,95%	6.454	33.697	244	671	41.066
NTN-B	15/05/2045	Mercado	4,97%	8.454	33.892	368	482	43.195
NTN-B	15/05/2045	Curva	5,74%	3.067	-	-	-	3.067
NTN-B	15/05/2045	Curva	5,96%	1.489	-	-	-	1.489
NTN-B	15/05/2045	Curva	6,22%	-	-	-	281	281
NTN-B	15/08/2050	Curva	6,10%	6.120	31.946	227	638	38.931
NTN-B	15/08/2050	Curva	6,05%	4.038	21.071	151	421	25.681
NTN-B	15/08/2050	Mercado	4,97%	-	108.767	624	1.470	110.861
NTN-B	15/08/2050	Curva	7,24%	-	11.214	-	-	11.214
NTN-B	15/08/2050	Curva	5,57%	2.057	20.569	-	-	22.626
NTN-B	15/08/2050	Curva	5,66%	1.027	13.389	-	-	14.416
NTN-B	15/08/2050	Curva	5,81%	-	16.595	-	-	16.595
NTN-B	15/08/2050	Curva	5,80%	-	10.298	-	-	10.298
NTN-B	15/08/2050	Curva	5,90%	-	10.158	-	-	10.158
NTN-C	01/04/2021	Mercado	3,02%	3.396	-	125	365	3.886
NTN-C	01/04/2021	Curva	6,72%	-	15.662	-	-	15.662
NTN-C	01/01/2031	Mercado	4,37%	-	27.265	3.616	3.891	34.772
NTN-C	01/01/2031	Curva	6,74%	-	284.932	-	-	284.932
NTN-C	01/01/2031	Curva	5,84%	-	87.976	-	-	87.976
Total				173.150	1.237.802	7.608	11.226	1.429.787
NTN-B	Curva			53,30%	87,99%	16,44%	33,58%	
NTN-B	Mercado			46,70%	12,01%	83,56%	66,42%	
NTN-C	Curva			31,39%	-	-	-	
NTN-C	Mercado			68,61%	100,00%	100,00%	100,00%	

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

5.2. Créditos Privados e Depósitos

A carteira de Créditos Privados da CELOS é composta por Cédulas de Crédito Bancário (CCB), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Debêntures. Esses ativos são emitidos por empresas e possuem risco de crédito, sendo que sua remuneração compreende uma taxa pré-fixada ou correção monetária mais juros remuneratórios, dependendo da cédula/certificado.

Tabela 16 - Realizável dos Investimentos - Créditos Privados e Depósitos (R\$ mil)

	2018					2017				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total
Créditos Privados e Depósitos	-	75.483	-	-	75.483	33	74.093	-	-	74.127
Aplicação	9.606	124.335	217	446	134.605	9.639	122.946	217	446	133.249
A receber	-	4.908	-	-	4.908	-	4.997	-	-	4.997
(-) Provisão	(9.606)	(53.761)	(217)	(446)	(64.031)	(9.606)	(53.849)	(217)	(446)	(64.119)
Total	-	75.483	-	-	75.483	33	74.094	-	-	74.127

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

Abaixo, segue detalhamento dos créditos privados existentes na carteira dos Planos, incluindo os títulos privados provisionados e que ainda estão em processo de execução, falência ou correlatos.

Tabela 17 - Realizável dos Investimentos - Carteira de Créditos Privados e Depósitos (R\$ mil)

	Debêntures Invesc	Debêntures Buettner	CCB Sucos do Brasil	CCB Pró Saúde Samcil	CCB Gelre	CCB New Energy	CRI Infrasec Peugeot 1	CRI Infrasec Peugeot 2	2018	2017
Aplicação	2.333	1.236	38.326	10.775	6.451	25.440	28.599	21.444	134.604	133.248
A receber	-	-	-	-	-	4.909	-	-	4.909	4.997
(-) Provisão	(2.333)	(1.236)	(38.326)	(10.775)	(6.451)	(4.909)	-	-	(64.031)	(63.700)
Total	-	-	-	-	-	25.440	28.599	21.444	75.483	74.127

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

Os provisionamentos apresentados seguem os critérios estabelecidos no item 11, Anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, de forma que na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vencidos (ver Nota Explicativa 3.2).

No caso do ativo New Energy, a provisão constituída é apenas utilizada para abatimento de diferença entre os recebimentos previstos e aqueles efetivamente realizados, de acordo com os critérios adotados durante renegociação do plano ocorrido 2014.

Cabe destacar que, além da carteira própria de Créditos Privados e Depósitos, a CELOS possui Fundos de Investimentos com gestão terceirizada e classificados como Multimercado, com exposição preponderante em títulos de Crédito Privado, que são os Fundos Multimomento, Multifuturo e Recuperação, que contam com melhor descrição no nota 5.4.

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

5.3. Ações

Atualmente, apesar de haver previsão regulamentar, a CELOS não detém carteira própria de ações, optando por realizar investimentos nesse segmento através de gestores externos. Os únicos papéis mantidos nessa conta se referem às posições na companhia Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, que são registradas pelo valor de mercado.

A CELOS faz parte do grupo de controle da companhia juntamente com o Estado de Santa Catarina, por meio do Acordo de Acionistas vigente. Segundo esse acordo, a CELOS tem direito a indicar um membro para compor o Conselho de Administração da Celesc.

Tabela 18 - Realizável dos Investimentos - Ações (R\$ mil)

	2018					2017				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total
Ações	10.454	62.530	189	-	73.172	6.638	39.710	120	-	46.468
Ações - Celesc ON	8.809	52.694	159	-	61.662	5.744	34.365	104	-	40.212
Ações - Celesc PN	1.645	9.836	30	-	11.510	894	5.345	16	-	6.255
Total	10.454	62.530	189	-	73.172	6.638	39.710	120	-	46.468

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

5.4. Fundos de Investimentos

Em 31 de dezembro de 2018, a CELOS aplicava em Fundos de Investimento, que são condomínios destinados a reunir recursos de um conjunto de investidores (cotistas), com o objetivo de obter ganhos financeiros a partir da aquisição de uma carteira formada por vários tipos de investimentos.

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

Tabela 19 - Realizável dos Investimentos - Carteira de Fundos de Investimentos (R\$ mil)

	2018					2017				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total
Fundo Referenciado (b)	-	37.364	627	-	37.991	20.612	46.718	415	10.655	78.400
Itaú Institucional DI	-	37.364	627	-	37.991	20.177	28.881	415	10.655	60.128
Bradesco Institucional DI	-	-	-	-	-	435	17.837	-	-	18.272
Fundo de Renda Fixa (c)	32.629	32.466	25	11.294	76.414	218	1.923	27	3	2.171
Institucional CP FIRF	203	1.791	25	3	2.022	218	1.923	27	3	2.171
Santander	32.426	30.675	-	11.291	74.392	-	-	-	-	-
Fundo de Ações (a)	24.825	185.217	621	-	210.662	19.128	157.854	501	-	177.483
Claritas	11.486	79.084	343	-	90.912	9.020	69.370	269	-	78.659
CM Capital Equity Hedge FIA	41	420	-	-	461	-	-	-	-	-
Sinergia V	10.889	75.600	278	-	86.767	9.092	63.118	232	-	72.442
Franklin Templeton	1.172	5.948	-	-	7.120	1.016	5.159	-	-	6.175
Itaú Indexado	-	11.687	-	-	11.687	-	10.142	-	-	10.142
AZ Quest Small	1.237	6.185	-	-	7.422	-	-	-	-	-
APEX Ações	-	6.294	-	-	6.294	-	5.053	-	-	5.053
BNP Paribas	-	-	-	-	-	-	5.012	-	-	5.012
Multimercado (a)	42.369	304.527	5	10	346.911	29.546	261.860	14	29	291.449
CELOS Multimomento	28.588	168.243	-	-	196.831	26.933	158.500	-	-	185.433
CELOS Multifuturo	-	15.403	-	-	15.403	-	75.939	-	-	75.939
CELOS Recuperação	211	937	5	10	1.162	609	2.697	14	29	3.349
ARX Extra	-	-	-	-	-	-	689	-	-	689
ARX Target	2.121	15.947	-	-	18.067	-	-	-	-	-
Bradesco FIC FIM Macro	2.063	15.639	-	-	17.702	-	-	-	-	-
Bahia AM Marau FIC FIM	-	3.239	-	-	3.239	-	-	-	-	-
Bahia AM Marau Estruturado	766	3.063	-	-	3.828	-	-	-	-	-
Garde Dumas	766	6.100	-	-	6.866	503	2.017	-	-	2.520
Claritas Institucional	2.115	15.909	-	-	18.025	1.000	10.002	-	-	11.002
Claritas Long Short	-	3.293	-	-	3.293	-	-	-	-	-
Kinea Chronos FIM	775	6.389	-	-	7.164	-	-	-	-	-
Maua Institucional FIC FIM	-	12.679	-	-	12.679	-	-	-	-	-
Mongeral Institucional	2.090	15.830	-	-	17.920	-	10.002	-	-	10.002
Sul America Evolution FIM	2.114	15.890	-	-	18.004	-	-	-	-	-
SPX Nimitz Institucional	760	5.967	-	-	6.727	501	2.014	-	-	2.515
Empresas Emergentes (c)	726	4.492	8	-	5.226	2.066	12.904	34	-	15.004
Mercatto Alimentos	388	2.440	8	-	2.835	1.638	10.309	34	-	11.981
FMIEE de Base Tec SC	9	57	-	-	66	10	60	-	-	70
FIP SC FIEE	329	1.996	0	-	2.325	418	2.535	-	-	2.953
Participações (c)	25.778	162.243	523	-	188.544	23.757	149.516	484	-	173.757
Global Equity Properties	(1.038)	(6.531)	(21)	-	(7.590)	(935)	(5.884)	(19)	-	(6.838)
Investidores Institucionais	69	438	1	-	508	69	434	1	-	504
Investidores Institucionais II	(3)	(19)	(0)	-	(22)	10	64	-	-	74
Investidores Institucionais III	1.799	11.319	37	-	13.154	2.268	14.273	46	-	16.587
Energia PCH	21.286	133.965	432	-	155.683	18.730	117.884	381	-	136.995
Angra Infra	1.295	8.149	26	-	9.469	1.257	7.912	26	-	9.195
Multiner FIP	456	2.865	9	-	3.330	483	3.031	10	-	3.524
Rio Bravo Energia I	1.915	12.057	39	-	14.011	1.875	11.802	39	-	13.716
Fundo Imobiliário (c)	2.689	16.927	55	-	19.671	1.824	11.480	37	-	13.341
FI Imobiliário JHSF	2.689	16.927	55	-	19.671	1.824	11.480	37	-	13.341
Total	129.017	743.235	1.865	11.304	885.421	97.151	642.256	1.512	10.687	751.605

(a) Fundo aberto/Exclusivo

(b) Fundo aberto/Não exclusivo

(c) Fundo fechado/Não exclusivo

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

As principais categorias dos Fundos de Investimentos são:

- Fundo de Investimento Referenciado: são fundos que investem ao menos 95% do patrimônio em ativos que acompanham um índice de referência como, por exemplo, o CDI.
- Fundo de Investimento em Renda Fixa: são os fundos que aplicam no mínimo 80% da carteira em ativos relacionados à variação da taxa de juros, índice de preços ou ambos como, por exemplo, títulos públicos, créditos e futuros.

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

- Fundo de Investimento em Ações: têm no mínimo 67% do patrimônio aplicado em ações, bônus de subscrição, certificados de depósito de ações, cota de fundos de ações e de índices e Brazilian Depositary Receipts – BDRs níveis II e III.
- Fundo de Investimento Multimercado: pode aplicar em vários tipos de ativos diferentes, sem predominância ou compromisso de alocação mínima. O regulamento geralmente é mais específico sobre a destinação de recursos, portanto, varia de caso a caso.
- Fundo de Investimento em Empresas Emergentes: destina-se à aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão de empresas emergentes, que são aquelas com faturamento anual abaixo dos R\$100 milhões.
- Fundo de Investimento em Participações: fundos que investem em empresas, listadas ou não em bolsa, e buscam participar ativamente da gestão da companhia. Importante destacar que a precificação desses fundos é responsabilidade do administrador de cada um, amparado por laudos de avaliação produzidos por empresas independentes.
- Fundo de Investimento Imobiliário: aplica os recursos em negócios com base imobiliária, como desenvolvimento de empreendimentos ou imóveis já prontos.

Os Fundos de Investimentos são selecionados de acordo com os critérios estabelecidos na Política de Investimentos, constando nos regimentos internos que a responsabilidade pela avaliação e recomendação dos mesmos compete ao Comitê de Investimentos - COI ou ao Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado – AETQ (conforme art. 61 da versão 6 do Estatuto Social da CELOS, o AETQ é o Diretor Administrativo-Financeiro), dependendo da classificação do Fundo, e sua aprovação é competência da Diretoria Executiva.

No que tange às mudanças da carteira, em linha com os objetivos da CELOS, foi reduzida a exposição em ativos de risco de crédito e participações, ao mesmo passo em que se aumentou a diversificação em ativos líquidos, notadamente fundos multimercado estruturados e institucionais, além de fundos de ações. A seleção dos novos fundos obedeceu a critérios quantitativos e qualitativos.

No fechamento do exercício de 2018 a CELOS possuía três fundos de investimento exclusivos, classificação multimercado, com predominância do risco de crédito, quais sejam, CELOS Multimomento, CELOS Multifuturo e CELOS Recuperação. Para acompanhamento desses fundos, além dos relatórios mensais, semestralmente os créditos são reavaliados e recebem uma nota de risco interna. Os ativos que se encontram nas carteiras desses fundos e seus respectivos riscos de crédito são dados nas tabelas abaixo:

Tabela 20 - Realizável dos Investimentos - Fundos Exclusivos - CELOS Multifuturo (R\$ mil)

CELOS Multifuturo					
Ativo	Saldo	Valores de parcelas vencidas e não pagas	Provisão para perda	Valor na Carteira	Risco de crédito
CCI VCG Irlanda	105.574	61.788	(167.361)	-	Provisionado
CCB Rio Amazonas (RAESA)	41.978	7.408	(37.039)	12.346	Alto
CCB Investminas Participações	-	26.685	(26.685)	-	Provisionado
CCB Minasinvest Participações	-	42.158	(42.158)	-	Provisionado
LFT-O (caixa)	-	-	-	3.088	-
Outros a Pagar/Receber	-	-	-	(31)	-
Total	147.552	138.039	(273.244)	15.403	

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

Tabela 21 - Realizável dos Investimentos - Fundos Exclusivos - CELOS Multimomento (R\$ mil)

CELOS Multimomento					
Ativo	Saldo	Valores de parcelas vencidas e não pagas	Provisão para perda	Valor na Carteira	Risco de crédito
CCB Aguas de Santo Antonio	6.624	7.743	(7.743)	6.624	Médio Alto
CCB Irthá	-	10.885	(10.885)	-	Provisionado
CCI Thá Realty	-	10.885	(10.885)	-	Provisionado
CRI BSI Hestia	23.074	53.222	(76.297)	-	Provisionado
CDB Pan	174.438	-	-	174.438	Médio Alto
Debêntures Vale	1.419	-	-	1.419	Baixo
Debêntures Conasa	12.029	-	-	12.029	Médio
LFT-O (caixa)	-	-	-	2.407	-
Outros a Pagar/Receber	-	-	-	(86)	-
Total	210.960	53.222	(76.297)	190.207	

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

Tabela 22 - Realizável dos Investimentos Fundos Exclusivos - CELOS Recuperação (R\$ mil)

CELOS Recuperação					
Ativo	Saldo	Valores de parcelas vencidas e não pagas	Provisão para perda	Valor na Carteira	Risco de crédito
CCI Voges	26.027	22.934	(48.961)	-	Provisionado
CCB Aloés São Gonçalo	-	33.334	(33.334)	-	Provisionado
CCI Cebel	-	58.447	(58.447)	-	Provisionado
LFT-O (caixa)	-	-	-	1.168	-
Outros a Pagar/Receber	-	-	-	(6)	-
Total	26.027	114.715	(140.742)	1.162	

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

A classificação de riscos apresentada equivale ao seguinte:

Tabela 23 - Realizável dos Investimentos - Fundos de Investimentos - Classificação de Riscos

Legenda		Definições
A	Alto	Na maioria dos cenários possíveis ocorrerá perda parcial ou total.
MA	Médio Alto	Podem ocorrer perdas parciais ou totais, com mais chance de um título médio
M	Médio	Podem ocorrer perdas parciais ou totais.
MB	Médio Baixo	Podem ocorrer perdas parciais ou totais, com menos chance de um título médio
B	Baixo	Na maioria dos cenários possíveis não ocorrerá perda parcial ou total.

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

É importante destacar que essa é uma classificação interna e gerencial, portanto não vincula às ações do administrador e custodiante das carteiras, Bradesco, o qual possui metodologia própria, precificando os créditos segundo seus critérios contábeis.

Nos créditos que se enquadram no risco “alto” e “médio alto” a CELOS realiza verificações sobre a condição das garantias e da situação do emissor periodicamente e, sempre que necessário, adota as medidas judiciais cabíveis para a proteção dos investimentos realizados.

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

5.5. Investimentos Imobiliários

A Carteira de Imóveis da CELOS, no ano de 2018, foi composta da seguinte forma:

Tabela 24 - Realizável dos Investimentos - Investimentos Imobiliários (R\$ mil)

	2018					2017				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total
Investimentos Imobiliários	-	83.221	-	-	83.221	-	95.346	-	-	95.346
Ed. Ilha do Atlântico	-	31.568	-	-	31.568	-	34.121	-	-	34.122
Ed. Premier Office Center	-	10.730	-	-	10.730	-	12.487	-	-	12.487
Ed. Célia Couto Dax	-	23.736	-	-	23.736	-	26.662	-	-	26.661
Ed. Com. Hantei Office Building	-	17.186	-	-	17.186	-	22.076	-	-	22.076
Total	-	83.221	-	-	83.221	-	95.346	-	-	95.346

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

Os investimentos imobiliários devem ser contabilizados em *imóveis em construção* e *aluguéis e renda*, conforme estabelece a planificação contábil:

Tabela 25 - Realizável dos Investimentos - Investimentos Imobiliários em Construção, Aluguéis e Renda (R\$ mil)

	2018		2017
	Em Construção	Aluguéis e Renda	Posição
Edifício Ilha do Atlântico	31.568	-	34.121
Edifício Premier Office Center (Salas)	-	10.730	12.487
Edifício Célia Couto Daux	-	23.736	26.662
Edifício Com. Hantei Office Building (Salas)	-	17.186	22.076
Total	31.568	51.653	95.346

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

Em 2018 foram realizadas as seguintes reavaliações de ativos imobiliários por meio da empresa Avalisc Engenharia de Avaliações Sociedade Simples Ltda. – EPP, CNPJ 00.593.959/0001-88, tendo como avaliador técnico responsável o Sr. Luiz Paulo Averbeck – CREA/SC 013.266-0, ART 6.807.812-3.

Tabela 26 - Realizável dos Investimentos - Reavaliação dos Imóveis (R\$ mil)

Imóvel Reavaliado	Contas Contábeis	Data de Reavaliação	Data de Registro Contábil	Avaliador	Vida Útil (ano)	Valor Contábil antes da Reavaliação	Resultado da Reavaliação	Valor da Reavaliação
Edifício Célia Couto Daux - Av. Beira Mar - Florianópolis/SC	1236040301	05/12/2018	dez/18	Avalisc	59	26.661	(2.925)	23.736
Edifício Premier Office Center - Salas 101 a 109, 201 a 209 e 18 vagas de garagens - Esquina da Rua Padre Roma com a Av. Rio Branco - Florianópolis/SC	1236040301	05/12/2018	dez/18	Avalisc	55	12.487	(1.757)	10.730
Edifício Comercial Hantei Office Building - Salas 501 a 509, 601 a 609, 801 a 809, 901 a 909 e 36 vagas de garagens - Rua Emílio Blum - Florianópolis/SC	1236040301	05/12/2018	dez/18	Avalisc	52	22.076	(4.890)	17.186
Edifício Ilha do Atlântico - 60 salas e 120 vagas de garagens - Rua Nereu Ramos - Florianópolis/SC	12360201	05/12/2018	dez/18	Avalisc	60	34.122	(2.554)	31.568
Total						95.346	(12.125)	83.221

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

Relativamente ao Edifício Ilha do Atlântico, cujas obras estão em atraso, a CELOS optou por promover ação judicial para cobrança das multas contratuais advindas da não entrega no prazo previsto. O empreendimento permanece sendo avaliado com base no estágio das obras.

No caso do Edifício Célia Couto Daux, em 2016 a CELOS ingressou com nova ação visando resolução do contrato de compra e venda do imóvel e a condenação da parte vendedora ao ressarcimento dos valores pagos, assim como ao pagamento de multa contratual. Os autos estão conclusos ao Juiz desde 2016 e a probabilidade de êxito da CELOS é provável. Quanto aos aluguéis, atualmente a CELOS recebe recursos do locatário da loja térreo.

Na constituição da Provisão para Direitos Creditórios de Liquidação Duvidosa – PCLD, referente à carteira de investimentos imobiliários, são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

Tabela 27 - Realizável dos Investimentos - Investimentos Imobiliários - PCLD (R\$ mil)

Prazo	%	2018		2017	
		Plano Misto	Total	Plano Misto	Total
> 360	100%	(13.520)	(13.520)	(10.147)	(10.147)
241-360	75%	(296)	(296)	(284)	(284)
121-240	50%	-	-	-	-
61-120	25%	-	-	-	-
Total		(13.816)	(13.816)	(10.431)	(10.431)

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

Estes provisionamentos se referem a valores de aluguéis em aberto de salas do Edifício Célia Couto Daux.

5.6. Empréstimos

A CELOS oferece empréstimos a seus Participantes, sendo considerado também como um ativo na carteira de investimentos da CELOS. A composição da carteira de empréstimos aos Participantes, em 31 de dezembro em 2018, bem como valores de provisão por Plano, são os seguintes:

Tabela 28 - Realizável dos Investimentos - Empréstimos (R\$ mil)

	2018					2017				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total
Empréstimos e Financiamentos	12.966	82.284	-	-	95.250	15.606	87.494	-	-	103.100
Empréstimos Pessoal	13.220	81.727	-	-	94.947	15.656	85.883	-	-	101.539
A receber	74	3.089	-	-	3.164	35	3.036	-	-	3.071
(-) Provisão	(328)	(2.532)	-	-	(2.860)	(85)	(1.425)	-	-	(1.510)
Total	12.966	82.284	-	-	95.250	15.606	87.494	-	-	103.100

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

Na constituição da PCLD, referentes à carteira de empréstimos, são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

Tabela 29 - Realizável dos Investimentos - Empréstimos - PCLD (R\$ mil)

Prazo	%	2018			2017		
		Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
> 360	100%	(306)	(1.963)	(2.268)	(26)	(1.380)	(1.406)
241-360	75%	(3)	(236)	(239)	-	(33)	(33)
121-240	50%	(18)	(220)	(238)	(48)	(4)	(52)
61-120	25%	(1)	(113)	(114)	(11)	(8)	(19)
Total		(327)	(2.532)	(2.860)	(85)	(1.425)	(1.510)

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

6. PERMANENTE

O Ativo Permanente está registrado no Plano de Gestão Administrativa – PGA, classificado como Imobilizado e Intangível.

6.1. Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o imobilizado referente ao Operacional Corpóreo – Bens Móveis é composto da seguinte forma:

Tabela 30 - Permanente - Imobilizado - Bens Móveis (R\$ mil)

Bens Móveis	Taxa anual de depreciação (%)	2018			2017
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e Utensílios	10%	470	(373)	97	142
Máquinas e Equipamentos	10%	1.405	(1.118)	287	291
Veículos	20%	91	(67)	24	61
Total		1.966	(1.558)	408	494

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

Já o Operacional Corpóreo – Bens Imóveis, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresenta a seguinte composição:

Tabela 31 - Permanente - Imobilizado - Bens Imóveis (R\$ mil)

Bens Imóveis	Taxa anual de depreciação (%)	Data de Aquisição	2018			2017
			Custo + Reavaliação	Depreciação	Líquido	Líquido
Edifício Alpha Centauri - Salas do 6º e 7º andar - Av. Hercílio Luz - Florianópolis/SC	2%	01.04.1976	8.461	-	8.461	9.890
Edifício Beira Mar Continental - Sala 104 - Rua Fulvio Aducci, 145 - Florianópolis/SC	2%	07.03.2012	149	-	149	209
Total			8.610	-	8.610	10.099

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

6.2. Intangível

O Intangível se refere a gastos com implantação, reorganização e desenvolvimento e, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, era composto da seguinte forma:

Tabela 32 - Permanente - Intangível (R\$ mil)

Intangível	2018			2017
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Software	1.421	(1.306)	115	366
Total	1.421	(1.306)	115	366

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

7. GESTÃO ASSISTENCIAL

Registra-se o ativo total dos Planos de Assistência à Saúde com registro ativo na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Atualmente a CELOS possui os seguintes Planos Assistenciais:

- Plano CELOS Saúde: Segmentação Ambulatorial + Hospitalar com Obstetrícia e Odontológico
- Plano CELOS Saúde Agregados: Segmentação Ambulatorial + Hospitalar com Obstetrícia
- Plano CELOS Saúde Agregados odontológico: Segmentação Odontológica

Vale destacar que os Planos Assistenciais devem efetuar e manter sua contabilidade em separado, de forma a possibilitar a identificação, a independência do patrimônio e a adequação à legislação aplicável ao setor de saúde suplementar, bem como proceder ao desdobramento analítico das contas relativas à Gestão Assistencial, de acordo com a planificação contábil estabelecida pela ANS.

Os atos e fatos administrativos da Gestão Assistencial são registrados em conformidade com o Plano de Contas instituído pela RN nº 290/2012, da ANS, e alterações posteriores. O patrimônio e mutações patrimoniais dos Planos Assistenciais apresentados no Balanço Patrimonial e na Demonstração da Mutações do Patrimônio Social estão apresentados nas Demonstrações Financeiras Assistenciais.

8. EXIGÍVEL OPERACIONAL

8.1. Gestão Previdencial

Os compromissos da Gestão Previdencial em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são demonstrados a seguir:

Tabela 33 - Exigível Operacional da Gestão Previdencial (R\$ mil)

	2018				2017			
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	Total
Benefícios a Pagar	321	4.224	-	4.545	251	3.686	-	3.938
Renda Continuada	55	439	-	496	4	257	-	261
Pagamento Único	266	3.785	-	4.051	247	3.430	-	3.677
Retenções a Recolher	323	2.100	-	2.423	286	1.996	-	2.282
Outros Exigibilidades	319	2.743	5	3.066	212	2.797	4	3.013
Total	962	9.067	5	10.034	749	8.480	4	9.233

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

No grupo contábil *Benefícios a Pagar* estão registrados os valores relativos aos benefícios de renda continuada (aposentadoria e pensão) do mês de dezembro de 2018, que serão quitados nos meses subsequentes, primordialmente no mês de janeiro de 2019, bem como os pagamentos de saques e resgates. Ressalta-se que nesta conta também estão registrados outros benefícios a pagar aos Participantes, que não foram liquidados em 2018. O mesmo se aplica às *Retenções a Recolher* da folha de benefícios, saques e resgates de dezembro de 2018, que serão recolhidos ou repassados nos meses posteriores.

No grupo *Outras Exigibilidades*, incluído no exigível operacional da Gestão Previdencial, estão registradas:

Tabela 34 - Exigível Operacional da Gestão Previdencial - Outras Exigibilidades (R\$ mil)

	2018				2017			
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	Total
Outros Exigibilidades	319	2.743	5	3.066	212	2.798	4	3.013
Depósito Judicial a destinar	61	1.619	-	1.680	68	1.646	-	1.714
CELOS Saúde	2	6	-	8	1	5	-	6
A pagar dos Planos	161	1.116	5	1.281	143	1.138	4	1.285
Valor a devolver	95	2	-	97	-	1	-	1
Outras	-	-	-	-	-	7	-	7
Total	319	2.743	5	3.066	212	2.798	4	3.013

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

Os valores de *Depósito Judicial a destinar* se referem a depósitos judiciais creditados em conta corrente da CELOS, que serão destinados ao Plano de Benefício após identificação da origem do recurso.

8.2. Gestão Administrativa

O exigível operacional da Gestão Administrativa apresenta os valores a pagar relacionados à pessoal e encargos, treinamentos, serviços de terceiros e despesas gerais. Este grupo também apresenta a movimentação das retenções e tributos a recolher e, por fim, outras exigibilidades, cuja composição em 31 de dezembro de 2018 é apresentada a seguir:

Tabela 35 - Exigível Operacional da Gestão Administrativa (R\$ mil)

	2018	2017
Contas a Pagar	1.432	1.406
Pessoal e Encargos	1.152	1.132
Treinamentos/Congressos	4	-
Serviços de Terceiros	193	205
Despesas Gerais	83	69
Retenções a Recolher	154	128
Tributos a Recolher	140	66
Outras Exigibilidades	533	118
Total	2.258	1.718

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

No grupo *Outras Exigibilidades*, incluído no exigível operacional da Gestão Administrativa, estão registradas:

Tabela 36 - Exigível Operacional da Gestão Administrativa - Outras Exigibilidades (R\$ mil)

	2018	2017
Outros Exigibilidades	533	118
Associações/Sindicatos	1	22
CELOS Saúde	116	4
Pessoa Física	3	-
A pagar dos Planos	287	41
Valor a devolver	11	8
A identificar	114	43
Total	533	118

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

Ressalta-se que a rubrica *CELOS Saúde* registram-se os repasses de valores recebidos na instância previdenciária que, no entanto, são devidos à instância assistencial. De maneira geral, se referem a descontos assistenciais realizados diretamente na folha (participantes ativos e assistidos), devendo, portanto, ser realizado o repasse financeiro entre as instâncias. Já a rubrica *a pagar dos Planos* refere-se ao repasse de valores a pagar entre os Planos Previdenciários a título de reembolsos. E a rubrica *a identificar* deve-se a valores depositados nas contas bancárias da CELOS, mas que não foram identificados sua origem.

8.3. Investimento

O exigível operacional dos Investimentos apresenta os valores a pagar relacionados às diversas modalidades de investimentos efetuadas pela CELOS, conforme apresentado no quadro a seguir:

Tabela 37 - Exigível Operacional dos Investimentos (R\$ mil)

	2018					2017				
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Total
Investimentos Imobiliários	-	4.047	-	-	4.047	-	3.669	-	-	3.669
Imóveis em Construção	-	1.575	-	-	1.575	-	1.465	-	-	1.465
Aluguéis e Renda	-	2.472	-	-	2.472	-	2.204	-	-	2.204
Empréstimos e Financiamentos	3	20	-	-	22	1	39	-	-	40
Empréstimos	3	20	-	-	22	1	39	-	-	40
Outras Exigibilidades	7	41	1	1	50	8	41	2	2	54
Total	9	4.108	1	1	4.119	9	3.749	2	2	3.763

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

O saldo de *Imóveis em Construção* refere-se ao valor a ser pago pelas chaves do Edifício Ilha do Atlântico; e a rubrica de *Aluguéis e Renda*, deve-se ao aforamento do Edifício Célia Couto Daux. Já o saldo de *Outras Exigibilidades*, refere-se a despesas com taxa BOVESPA, CETIP, de Custódia e SELIC.

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

9. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

9.1. Gestão Previdencial

A CELOS classifica os riscos de perda em cada um dos pedidos contidos nos processos judiciais em que a Entidade é parte por faixa de risco. Ao final de 2018 os pedidos estavam classificados da seguinte forma:

Tabela 38 - Exigível Contingencial da Gestão Previdencial - Quantidade de Pedidos por Faixa de Risco

Faixa de Risco	2018			2017		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Provável	19	56	75	19	56	75
Possível	9	100	109	14	128	142
Remoto	120	156	276	97	160	257
Total	148	312	460	130	344	474

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

As Provisões para Contingências Passivas se referem aos processos de natureza cível e trabalhista, relacionados aos Planos de Benefícios nos quais a CELOS é parte no polo passivo, e foram classificadas pela Assessoria Jurídica como risco de perda provável:

Tabela 39 - Exigível Contingencial da Gestão Previdencial - Risco Provável (R\$ mil)

	2018			2017		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Prováveis	13.780	22.008	35.788	11.488	17.321	28.809
Depósitos Judiciais	4.631	1.847	6.478	4.843	2.127	6.970
Depósitos Recursais	106	318	424	111	398	509
Total	18.517	24.173	42.690	16.442	19.846	36.288

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

Os pedidos classificados como *prováveis* se referem principalmente à revisão de benefícios e isenção de contribuição previdenciária:

Tabela 40 - Exigível Contingencial da Gestão Previdencial - Quantidade de Objetos das Ações - Risco Provável

Objeto das Ações	2018			2017		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Revisão de Benefício (a)	16	21	37	16	19	35
Expurgos Inflacionários (b)	-	7	7	-	6	6
Isonção da Cont. Previdenciária (c)	-	22	22	1	25	26
Pensão por Morte (d)	3	6	9	2	6	8
Total	19	56	75	19	56	75

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

As parcelas vencidas e vincendas dos pedidos das ações classificadas como *prováveis* resultam nos seguintes valores:

Tabela 41 - Exigível Contingencial da Gestão Previdencial - Parcelas Vencidas e Vincendas - Risco Provável (R\$ mil)

Objeto das Ações	2018			2017		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Revisão de Benefício (a)	12.566	12.459	25.025	10.742	8.297	19.040
Expurgos Inflacionários (b)	431	206	637	-	125	125
Isenção da Cont. Previdenciária (c)	-	3.867	3.867	85	4.186	4.271
Pensão por Morte (d)	782	5.476	6.258	661	4.712	5.373
Total	13.780	22.008	35.788	11.488	17.320	28.809

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

Já os valores referentes aos processos judiciais considerados *possíveis* somam R\$16.542, em 31 de dezembro de 2018, sendo R\$3.901 do Plano Transitório (R\$6.401 em 2017) e R\$12.642 do Plano Misto (R\$14.329 em 2017). De acordo com a CPC nº 25, estas informações devem ser divulgadas, porém não há obrigatoriedade de registro contábil da provisão. Os principais pedidos nessas ações são a revisão de benefícios, isenção de contribuição previdenciária e pensão por morte:

Tabela 42 - Exigível Contingencial da Gestão Previdencial - Parcelas Vencidas e Vincendas - Risco Possível (R\$ mil)

Objeto das Ações	2018			2017		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Revisão de Benefício (a)	1.114	6.495	7.609	2.249	8.035	10.284
Expurgos Inflacionários (b)	776	842	1.617	686	455	1.141
Isenção da Cont. Previdenciária (c)	198	4.911	5.110	177	5.498	5.675
Pensão por Morte (d)	1.812	394	2.206	3.289	341	3.630
Total	3.901	12.642	16.542	6.401	14.329	20.730

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

No que se refere aos pedidos das ações judiciais, seguem esclarecimentos:

a) *Revisão de Benefício*: os autores requerem reflexos sobre seus benefícios previdenciários com base em teses que diferem das regras previdenciárias.

b) *Expurgos Inflacionários*: os autores/ex-participantes buscam incidência de determinados índices relacionados aos planos econômicos sobre a reserva de poupança resgatada, ou, no caso dos Participantes Ativos/Assistidos, o recálculo da reserva de poupança transferida do Plano Transitório para o Plano Misto de Benefícios, quando da migração.

c) *Isenção da Contribuição Previdenciária*: os autores buscam não pagar as contribuições previdenciárias ao longo da percepção do benefício da aposentadoria junto a CELOS, cuja contribuição visa completar a reserva matemática que lastreará o benefício da Pensão por Morte.

d) *Pensão por Morte*: os autores, não constantes no cadastro da CELOS como beneficiários do titular, pretendem o recebimento de Pensão por Morte, em virtude do falecimento daquele.

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

9.2. Gestão Administrativa

O Exigível Contingencial da Gestão Administrativa refere a valores de PIS e COFINS, depositados judicialmente no período de 06/2006 a 09/2007, com julgamento final a favor da CELOS, mas ainda pendentes da homologação pela Receita Federal do Brasil - RFB. Vale destacar que foi impetrado também o mandado de segurança com pedido de liminar contra os recolhimentos realizados a partir de 2015 de PIS e COFINS, por meio do Processo nº 5023155-04.2015.404.7200/SC, que transita na 4ª Vara Federal em Florianópolis. O objetivo é questionar a incidência de PIS e COFINS sobre receitas da atividade ou objeto principal da CELOS, tendo em vista que a entidade não apura receita.

Vale ressaltar que a CELOS ingressou em ação ordinária com pedido de antecipação de tutela e de repetição de indébito contra o recolhimento de contribuições incidentes sobre as remunerações pagas a empregados (SAT de 0,5%, Salário Educação de 2,5% e INCRA de 0,2%), cujos valores são mensalmente depositados em conta judicial.

Também estão contabilizados nesta rubrica os depósitos recursais de processos trabalhistas movidos contra a CELOS.

Tabela 43 - Exigível Contingencial da Gestão Administrativa (R\$ mil)

	2018	2017
Depósitos Judiciais	6.100	4.852
Depósitos de PIS e COFINS (2006/2007)	2.616	2.542
Depósitos de PIS e COFINS (2015)	3.261	2.149
Depósitos de INSS	223	161
Depósitos Recursais	56	-
Depósitos de Processos Trabalhistas	56	-
Total	6.156	4.852

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

10. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

10.1. Provisões Matemáticas

Registra-se o valor necessário para pagamento dos benefícios concedidos e a conceder. É calculado atuarialmente pelo atuário externo, legalmente responsável pelos planos previdenciários, Jessé Montello – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., sendo em 2018 e 2017, as reservas matemáticas compostas da seguinte forma:

Tabela 44 - Provisões Matemáticas (R\$ mil)

	2018			2017		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Benefícios Concedidos	826.939	2.118.523	2.945.461	803.860	1.895.564	2.699.424
Benefício Definido	826.939	2.118.523	2.945.461	803.860	1.895.564	2.699.424
Benefícios a Conceder	-	1.036.875	1.036.876	-	1.144.551	1.144.551
Contribuição Definida	-	893.643	893.643	-	949.111	949.111
Benefício Definido	-	142.488	142.488	-	194.524	194.524
Outras Contr. da Geração Atual (a)	-	743	743	-	916	916
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(270.745)	(480.973)	(751.719)	(244.884)	(483.544)	(728.428)
(-) Déficit Equacionado	(270.745)	(480.973)	(751.719)	(244.884)	(483.544)	(728.428)
Total	556.193	2.674.425	3.230.619	558.976	2.556.571	3.115.547

(a) Benefício de risco

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

O Plano Transitório necessita de R\$826.939 para pagar todos os benefícios futuros dos seus assistidos, ressaltando que R\$270.745 serão constituídos pelos Planos de Equacionamento em vigor. Já o Plano Misto tem obrigações na ordem de R\$2.118.523, dos quais R\$480.973 serão custeados pelos Planos de Equacionamento em vigor.

a) Hipóteses Atuariais nas Reavaliações Atuariais

Plano Transitório – Na avaliação atuarial de 2018 foram utilizadas as seguintes hipóteses, as quais foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo por meio do Ato Deliberativo nº 44/2018, de 27 de dezembro de 2018.

Tabela 45 - Hipóteses Atuariais - Plano Transitório

Hipóteses Atuariais	2018	2017
Fator de Determinação	0,9750 ¹	0,9710 ²
Hipótese sobre Composição Familiar	N/A	N/A
Rotatividade	N/A	N/A
Indexador do Plano	IPCA	IPCA
Crescimento Real de Salários	N/A	N/A
Taxa Real Anual de Juros	5,00%	5,34%
Tábua de Entrada em Invalidez	N/A	N/A
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 Male	AT-49 Male
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Male	AT-2000 Male

Fonte: Demonstração Atuarial - CELOS 2018

1: Considera uma inflação da ordem de 4,50% ao ano.

2: Considera uma inflação da ordem de 5,25% ao ano.

Plano Misto – Na avaliação atuarial de 2018 foram utilizadas as seguintes hipóteses, as quais foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo por meio do Ato Deliberativo nº 44/2018, de 27 de dezembro de 2018.

Tabela 46 - Hipóteses Atuariais - Plano Misto

Hipóteses Atuariais	2018	2017
Fator de Determinação	0,9750 ¹	0,9710 ²
Hipótese sobre Composição Familiar	*3	*3
Rotatividade	JM Turnover - Misto 2018	0,75%
Indexador do Plano	IPCA	IPCA
Crescimento Real de Salários	2,95%	2,95%
Taxa Real Anual de Juros	5,00%	5,13%
Tábua de Entrada em Invalidez	IAPB-57 Fraca	LIGHT Média ⁴
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 Male	AT-49 Male
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 M&F	AT-2000 M&F

Fonte: Demonstração Atuarial - CELOS 2018

1: Considera uma inflação da ordem de 4,50% ao ano.

2: Considera uma inflação da ordem de 5,25% ao ano.

3: Para Assistidos: Família Efetiva; Para os Ativos: Experiência Regional atualizada em 2017.

4: Desagravada em 25%.

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

10.2. Equilíbrio Técnico

Visando a sustentabilidade dos Planos Transitório e Misto, foram confrontados os respectivos bens e direitos com as obrigações, cujo resultado previdencial apurado no exercício social de 2018 e 2017 está apresentado no quadro a seguir:

Tabela 47 - Equilíbrio Técnico (R\$ mil)

	2018			2017		
	Plano Transitório	Plano Misto	Total	Plano Transitório	Plano Misto	Total
Superávit Técnico Acumulado	-	-	-	-	-	-
(-) Déficit Técnico Acumulado	(28.709)	(212.494)	(241.203)	(44.058)	(187.453)	(231.510)
Equilíbrio Técnico	(28.709)	(212.494)	(241.203)	(44.058)	(187.453)	(231.510)

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

Em 31 de dezembro de 2018 a CELOS registrou *déficit* técnico acumulado no Plano Transitório de R\$28.709 e no Plano Misto de R\$212.494, ou seja, as obrigações atuais e futuras destes Planos são superiores aos seus bens e direitos.

a) Situação Patrimonial dos Planos de Benefícios

Plano Transitório - apresentou *déficit* técnico acumulado de R\$18.770, em 31 de dezembro de 2018, correspondente a 3,37% das Provisões Matemáticas do Plano, já deduzido o valor de R\$9.939 referente ao ajuste da precificação.

Plano Misto - apresentou *déficit* técnico acumulado de R\$88.094, em 31 de dezembro de 2018, correspondente a 4,95% das Provisões Matemáticas do Plano, já deduzido o valor de R\$124.400, referente ao ajuste da precificação, considerando para apuração do percentual do *déficit* o valor de R\$893.643, referente ao saldo da Conta Individual de Aposentadoria – CIAP, conforme previsto no §1º do artigo 29 da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018.

Equacionamento do Déficit - No Plano Transitório, com a publicação da Resolução CNPC 30/2018, os Planos de Equacionamento dos *Déficits* de 2012, 2014 e 2017 foram unificados, de acordo com o Ato Deliberativo 41/2018, sendo amortizado pelo prazo equivalente a liquidação dos compromissos atuariais.

Quanto ao *déficit* técnico acumulado em dezembro de 2018, em decorrência da opção da CELOS em realizar o equacionamento do *déficit* do Plano Transitório pelo prazo equivalente a liquidação dos seus compromissos atuariais, em conformidade com a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, será necessário adicionar ao Plano de Equacionamento o montante de R\$ 18.770, cujo novo custeio deve ser apresentado ao Conselho Deliberativo até o final do 1º semestre de 2019, conforme estabelecido por este Conselho na Ata 29/2018.

Tabela 48 - Situação Patrimonial - Plano Transitório (R\$)

Situação Patrimonial	2018
Patrimônio de Cobertura do Plano (A)	527.484.486,08
Provisões Matemáticas (B)	556.193.485,01
Equilíbrio Técnico (C = A - B)	(28.708.998,93)
Ajuste de Precificação (D)	9.939.475,48
Déficit Ajustado (C + D)	(18.769.523,45)
Duração do Passivo (E)	7,97
Limite do Déficit [1% x (E - 4) x B]	22.080.881,35

Fonte: Demonstração Atuarial - CELOS 2018

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

No Plano Misto está em vigor dois Planos de Equacionamento, a fim de equilibrar o Plano, após apuração dos *déficits* registrados em 2014 e 2016. Com base no Equilíbrio Técnico Ajustado, a situação financeiro-atuarial do Plano, em 31/12/2018, é deficitária em R\$88.094, correspondente a 4,95% das Provisões Matemáticas (parcela BD). Contudo, conforme legislação vigente, esse valor é inferior ao Limite de *Déficit* Técnico Acumulado de R\$ 127.326, não sendo necessário um novo Plano de Equacionamento de *Déficit*.

Tabela 49 - Situação Patrimonial - Plano Misto (R\$)

Situação Patrimonial	2018
Patrimônio de Cobertura do Plano (A)	2.461.931.633,19
Provisões Matemáticas (B)	2.674.425.246,42
Saldo da CIAP (C)	893.643.327,28
Equilíbrio Técnico (D = A - B)	(212.493.613,23)
Ajuste de Precificação (E)	124.399.532,00
Déficit Ajustado (D + E)	(88.094.081,23)
Duração do Passivo (F)	11,15
Limite do Déficit $[1\% \times (F - 4) \times (B - C)]$	127.325.907,22

Fonte: Demonstração Atuarial - CELOS 2018

Parte significativa dos *déficits* apresentados por ambos os Planos são decorrentes do impacto negativo dos investimentos e pelo não alcance da meta atuarial. A Diretoria Executiva da CELOS realiza constantemente estudos para verificar a capacidade financeira dos Planos frente aos fluxos de pagamento dos benefícios, valendo-se, neste caso, de assessoria da Aditus para os estudos de ALM (*Asset Liability Management*), e do Atuário Externo Responsável pelos Planos para apuração das reservas matemáticas em consonância com a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018.

Outros fatores, como a mudança de premissas e hipóteses atuariais, também interferem nos resultados dos Planos.

O resultado obtido pelo Plano Transitório é decorrente dos seguintes fatores:

Tabela 50 - Resultado - Plano Transitório (R\$)

Resultado	2018
Resultado Técnico Acumulado registrado ao final do exercício de 2017	(44.057.642,23)
Parcela, referente à atualização pela meta atuarial de rentabilidade do ano de 2018, do Déficit Técnico Acumulado existente em 31/12/2017	(4.230.390,18) (*1)
Transferência do Déficit Técnico Acumulado de 31/12/2017 para a Provisão Matemática a Constituir - Déficit Equacionado	37.322.123,06
Ganho decorrente da meta atuarial de rentabilidade de 9,60% ter sido alcançada em 2018	11.857.293,03
Substituição da Taxa Real de Juros de 5,34% ao ano para 5,00% ao ano	(21.334.135,37)
Substituição do Fator de Capacidade de 97,10% para 97,50%	(3.392.569,52)
Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas não referidos anteriormente	(4.873.677,72) (*2)
Déficit Técnico Acumulado de 31/12/2018	(28.708.998,93)
Ajuste de Precificação em 31/12/2018	9.939.475,48
Déficit Técnico Acumulado (por Equilíbrio Técnico Ajustado) em 31/12/2018	(18.769.523,45)

Fonte: Demonstração Atuarial - CELOS 2018

(*1): Igual a R\$ (44.057.642,23) $\times$ 9,60%..

(*2): Equivalente a 0,88% das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos de 31/12/2018.

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

O resultado obtido pelo Plano Misto é decorrente dos seguintes fatores:

Tabela 51 - Resultado - Plano Misto (R\$)

Resultado	2018
Resultado Técnico Acumulado registrado ao final do exercício de 2017	(187.452.836,61)
Parcela, referente à atualização pela meta atuarial de rentabilidade do ano de 2017, do Déficit Técnico Acumulado existente em 31/12/2017	(17.589.538,95) (*1)
Ganho decorrente da meta atuarial de rentabilidade de 9,38% ter sido alcançada em 2018	(27.912.766,04) (*2)
Impacto no custeio patronal dos benefícios de risco, referente ao aumento de, aproximadamente, 0,85% da contribuição normal, realizada	33.089,90
Substituição da Taxa Real de Juros de 5,13% ao ano para 5,00% ano	(28.692.723,89)
Substituição do Fator de Capacidade de 97,10% para 97,50%	(9.146.438,05)
Substituição da Tábua de Entrada em Invalidez de Light Média Desagravada em 25% para IAPB-57 Fraca	3.008.075,76
Substituição da hipótese de Rotatividade de 0,75% de média para JM Turnover-Misto 2018	(189.622,20)
Redução do Custeio para a cobertura dos Benefícios de Risco a Conceder de 11,80% para 9,20%	(5.137.125,14)
Provisionamento das despesas relacionadas a ações judiciais, que ainda não foram transitadas em julgado, em 31/12/2018	(4.327.442,81)
Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas não referidos anteriormente	9.088.182,72 (*3)
Déficit Técnico Acumulado de 31/12/2018	(212.493.613,23)
Ajuste de Precificação em 31/12/2018	124.399.532,00
Déficit Técnico Acumulado (por Equilíbrio Técnico Ajustado) em 31/12/2018	(88.094.081,23)

Fonte: Demonstração Atuarial - CELOS 2018

(*1): Igual a R\$ (187.452.836,61) × 9,38%.

(*2): O ganho decorrente da meta atuarial de rentabilidade de 9,38% ter sido alcançada em 2018, não leva em consideração o ganho financeiro obtido pelos recursos alocados na CIAP (parcela CD, em que não há imperativo de rentabilidade), dessa forma, do ganho financeiro total ocorrida no Plano Misto, de R\$ 33.030.868,90, somente R\$ 27.912.766,04 foi decorrente de se ter alcançada a referida meta atuarial de rentabilidade.

(*3): Equivalente a 0,51% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial de R\$ 1.780.781.919,14, sem considerar os Saldos da CIAP (parcela CD), de R\$ 893.643.327,28, em 31/12/2018.

11. FUNDOS

11.1. Fundos Previdenciais

Os Fundos Previdenciais são compostos pelo saldo do Plano de Pecúlio e pelo saldo do Fundo Coletivo de Risco.

O Plano de Pecúlio é um plano de benefícios previdenciários, patrocinado pela Celesc e pela CELOS para os seus empregados, previsto em Acordo Coletivo de Trabalho firmado com os sindicatos representantes das respectivas categorias profissionais. Conforme dispõe o Regulamento, o Plano de Pecúlio oferece aos beneficiários designados pelo Participante, com base no cadastro da CELOS, os benefícios de Pecúlio por Morte Natural e Pecúlio por Morte Acidental. Ao Participante que vier a se aposentar por invalidez permanente, assim reconhecida pelo INSS ou equivalente, será pago 75% do valor do benefício de Pecúlio por Morte Natural, a título de adiantamento. Os 25% restantes serão pagos, após o seu falecimento, aos beneficiários designados pelo Participante.

O Plano de Pecúlio é custeado paritariamente pelos Participantes e pelas Patrocinadoras, mediante contribuição fixada anualmente pelo Conselho Deliberativo da CELOS, na forma prevista no Regulamento.

Já o Fundo Coletivo de Risco foi criado em razão dos novos ditames regulamentares inseridos na versão 14 do Regulamento do Plano Misto. Este Fundo tem a finalidade de prover recursos para a concessão de Pecúlio por Entrada em Invalidez e de Pecúlio por Morte do Participante Não Assistido, objetivando preservar a solvência em situação na qual as contribuições recebidas, num determinado mês, sejam inferiores aos recursos necessários para a concessão dos referidos benefícios.

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

Atuarialmente, estes Fundos são calculados pelo Atuário Externo, legalmente responsável pelos Planos Previdenciários, Jessé Montello – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., apresentando a seguinte composição em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Tabela 52 - Fundos Previdenciais (R\$ mil)

	2018	2017
Fundos Previdenciais	9.669	8.606
Pecúlio	9.661	8.606
Coletivo de Risco	8	-
Total	9.669	8.606

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

11.2. Fundos Administrativos

O Fundo da Gestão Administrativa é constituído pela diferença entre as receitas, taxa de administração de empréstimos, taxa administrativa previdencial, taxa administrativa do Plano de Pecúlio, receitas diretas e despesas administrativas.

Cabe ressaltar que a participação do Plano Transitório no Fundo Administrativo é de R\$4.833 em 2018 (R\$5.411 em 2017), já do Plano Misto é de R\$26.579 em 2018 (R\$24.332 em 2017). O Plano de Pecúlio começou a participar do Fundo em 2016, com R\$18. Já em 2017, contribuiu com R\$17 e em 2018, com R\$30. Ressalta-se apenas a participação de cada Plano ao Fundo Administrativo, que é proporcional ao saldo dos recursos garantidores do referido Plano Previdenciário (**ver Nota Explicativa nº 3.9**).

11.3. Fundo dos Investimentos

Na rubrica Fundo dos Investimentos está registrado o Fundo de Cota de Quitação – FCQ, que tem como objetivo a constituição de uma reserva financeira de garantia, com finalidade única e exclusiva de realizar a quitação do saldo devedor de empréstimo contraído junto à CELOS, de responsabilidade do Participante Ativo ou Assistido, para o caso de seu falecimento. Este Fundo é capitalizado mensalmente pela instituição da cobrança de um Prêmio que o Participante paga à CELOS no momento da concessão do empréstimo. A taxa desse Prêmio é cobrada em parcela única, calculada atuarialmente, no momento da liberação do crédito. Vale observar que no caso de reforma do empréstimo será cobrado somente sobre o valor solicitado, deduzido o saldo devedor do empréstimo anterior.

A taxa destinada à fonte de custeio para cobertura do FCQ, como prêmio especificado no contrato mútuo, é fixada de acordo com a idade do Participante, prazo de amortização e valor concedido a título de empréstimo.

Ressalta-se que os recursos líquidos do respectivo Fundo serão aplicados de acordo com a legislação vigente e a Política de Investimentos do Plano de Benefício que o Participante está inscrito, aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo. A apropriação dos rendimentos, decorrente da aplicação dos recursos líquidos do FCQ, será proporcional à sua participação no total dos investimentos ou à rentabilidade efetiva, se aplicado separadamente. Por fim, a movimentação dos recursos ocorrerá com o falecimento do Participante, liquidando-se o saldo devedor no final do mês em que ocorreu o óbito ou nos meses seguintes, após apresentação da certidão de óbito na CELOS.

A participação do Plano Transitório no FCQ é de R\$2.048 em 2018 (R\$1.999 em 2017) e do Plano Misto é de R\$12.399 em 2018 (R\$10.781 em 2017).

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

12. AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

A CELOS reconheceu o ajuste de precificação no exercício de 2018 de acordo com a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, na Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (Misto e Transitório), o qual corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria mantida até o vencimento, calculada considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. Tal ajuste está restrito aos títulos públicos federais, cujos prazos e montantes de recebimento de principal e juros sejam iguais ou inferiores aos prazos e montantes de pagamentos de benefícios que tenham o seu valor ou nível previamente estabelecidos, cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles Planos de Contribuição Variável que adquirirem características de benefício definido na fase de concessão, como é o caso do Plano Misto de Benefícios, calculado através do Sistema Venturo, desenvolvido pela PREVIC para este fim.

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

Tabela 53 - Ajuste de Precificação (R\$ mil)

Plano	Título	Quantidade	Vencimento	Valor Contabil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
Transitório	NTN-B	1.060	15/05/2021	3.332	3.431	98
Transitório	NTN-B	4.500	15/05/2023	14.120	14.812	692
Transitório	NTN-B	314	15/08/2024	1.047	1.064	17
Transitório	NTN-B	1.020	15/08/2024	3.402	3.456	55
Transitório	NTN-B	1.179	15/08/2030	3.795	4.127	332
Transitório	NTN-B	27.775	15/08/2030	89.404	97.230	7.826
Transitório	NTN-B	680	15/05/2035	2.175	2.400	225
Transitório	NTN-B	680	15/05/2035	4.527	4.995	469
Transitório	NTN-B	1.415	15/05/2035	2.175	2.400	225
Subtotal				123.977	133.917	9.939
Misto	NTN-B	10.000	15/05/2023	31.678	33.066	1.388
Misto	NTN-B	8.000	15/05/2023	25.379	26.453	1.073
Misto	NTN-B	13.000	15/05/2023	41.752	42.986	1.234
Misto	NTN-B	1.641	15/08/2024	5.191	5.586	395
Misto	NTN-B	24.480	15/08/2024	79.709	83.333	3.623
Misto	NTN-B	11.400	15/08/2024	37.048	38.807	1.759
Misto	NTN-B	5.065	15/08/2024	16.304	17.242	938
Misto	NTN-B	6.200	15/08/2026	20.135	21.361	1.226
Misto	NTN-B	6.154	15/08/2030	18.788	21.641	2.853
Misto	NTN-B	10.000	15/08/2030	31.869	35.166	3.297
Misto	NTN-B	7.500	15/08/2030	23.902	26.374	2.473
Misto	NTN-B	10.000	15/08/2030	31.273	35.166	3.893
Misto	NTN-B	8.000	15/08/2030	24.161	28.133	3.972
Misto	NTN-B	6.700	15/08/2030	20.111	23.561	3.450
Misto	NTN-B	7.900	15/08/2030	23.304	27.781	4.477
Misto	NTN-B	7.385	15/05/2035	21.835	26.189	4.353
Misto	NTN-B	3.549	15/05/2035	10.768	12.585	1.817
Misto	NTN-B	3.549	15/05/2035	22.416	26.913	4.497
Misto	NTN-B	7.385	15/08/2040	20.019	25.545	5.526
Misto	NTN-B	6.975	15/05/2045	14.129	18.030	3.901
Misto	NTN-B	4.923	15/05/2045	28.662	37.267	8.605
Misto	NTN-B	10.011	15/08/2050	21.017	24.435	3.419
Misto	NTN-B	6.564	15/08/2050	13.097	15.136	2.039
Misto	NTN-B	4.066	15/08/2050	16.438	22.149	5.711
Misto	NTN-B	5.950	15/08/2050	172	186	14
Misto	NTN-B	50	15/08/2050	13.597	14.704	1.107
Misto	NTN-B	3.950	15/08/2050	17.015	18.613	1.598
Misto	NTN-B	5.000	15/08/2050	10.328	11.540	1.212
Misto	NTN-B	3.100	15/08/2050	10.337	11.540	1.203
Misto	NTN-B	3.100	15/08/2050	11.537	12.585	1.049
Misto	NTN-C	4.064	01/04/2021	15.605	16.129	524
Misto	NTN-C	36.933	01/01/2031	206.969	233.904	26.935
Misto	NTN-C	6.097	01/01/2031	34.167	38.613	4.446
Misto	NTN-C	4.764	01/01/2031	26.697	30.171	3.474
Misto	NTN-C	764	01/01/2031	4.281	4.839	557
Misto	NTN-C	1.684	01/01/2031	9.437	10.665	1.228
Misto	NTN-C	14.575	01/01/2031	87.174	92.306	5.133
Subtotal				1.046.300	1.170.699	124.400
Total				1.170.277	1.304.616	134.339

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

13. CONTINGÊNCIAS ATIVAS

Em atenção ao disposto na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.180, de 04 de agosto de 2009, e Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estabelece a necessidade de uma breve descrição da natureza do ativo contingente, quando for provável a entrada do benefício econômico, apresentamos a seguir os ativos contingentes da CELOS, em 31 de dezembro de 2018:

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND

O Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) foi criado em 23 de julho de 1986 pela União, com a finalidade de fornecer recursos para a realização de investimentos necessários à dinamização do desenvolvimento nacional e apoio à iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas. A CELOS, juntamente com outras Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPCs, por força do art. 7 do Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, adquiriu compulsoriamente cotas de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND, que foi a forma de captação de recursos determinada pelo governo naquela época, com prazo de 10 anos e variação equivalente à da Obrigação do Tesouro Nacional – OTN.

Até janeiro de 1989, a remuneração dos títulos foi atualizada pela OTN, e a partir de fevereiro de 1989 pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPC, conforme art. 10 da Lei nº 7.738, de 09 de março de 1989, acrescentado pela Lei nº 7.764, de 02 de maio de 1989. Posteriormente, com a publicação da Lei nº 8.177 de 04 de março de 1991, art. 38, os saldos das OFND's seriam reajustados pela Taxa Referencial – TR.

A CELOS é parte de ação ordinária ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP que objetiva o recálculo relacionado à atualização do valor das OFND's e, consequentemente, dos respectivos rendimentos, adotando para tal fim o IPC, ao invés do Bônus do Tesouro Nacional - BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991. A ABRAPP iniciou a execução do processo com o ingresso de petição em 28 de junho de 2011, do montante apresentado, R\$12 representa a parte da CELOS. A execução foi proposta pela ABRAPP, porém o juiz de 1º grau e o TRF 2ª Região decidiram que a execução coletiva promovida pela ABRAPP deveria ser proposta individualmente pelas Associadas, decisão esta objeto de Recurso Especial. Diante da morosidade na resolução deste impasse (se ação coletiva ou individual) que dificulta o andamento da execução, foi decidido em Assembleia Geral na ABRAPP que seriam propostas ações de execuções de liquidação por artigo, figurando a ABRAPP como substituta processual de pequenos Grupos.

Embora a discussão de mérito do processo judicial tenha sido favorável à ABRAPP, inclusive transitado em julgado, estando em fase de execução, a CELOS não registrou contabilmente os valores a receber por existirem questões que envolvem a recuperação desse ativo, tais como ação rescisória em andamento e Embargos à Execução pendentes de julgamento, o que traz incerteza do valor a ser recebido e o prazo de seu efetivo recebimento. Tal procedimento atende também ao Ofício nº 4.649/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, de 14 de outubro de 2011 da PREVIC, que não autorizou às Entidades o reconhecimento contábil do valor pleiteado.

14. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Fundação Celesc de Seguridade Social - CELOS tem adotado de forma permanente as melhores práticas de governança corporativa, nos moldes recomendados pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, pela Superintendência da Previdência Complementar - PREVIC e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

A adoção dessas práticas resulta na elaboração e atualização permanente de normas, manuais, regimentos, procedimentos, instruções de trabalho e demais documentos que orientam a relação da CELOS com o seu público externo e interno. Além dos efeitos econômicos, financeiros e administrativos, os Dirigentes da CELOS entendem que a adoção das melhores práticas de governança corporativa contribui para a transparência e o fortalecimento do vínculo fiduciário com os seus Participantes e entidades representativas: Sindicatos e Associação dos Aposentados e Pensionistas – APCELESC, por exemplo, além das Patrocinadoras, que proporcionam aos seus empregados os Benefícios Previdenciários e Assistenciais como política de motivação e retenção de pessoas, além de fator preponderante para cumprir a responsabilidade social das suas atribuições perante a sociedade Catarinense.

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

Em 2018 a CELOS aderiu ao Código de Autorregulação em Governança de Investimentos da ABRAPP, conquistou a certificação na versão mais atualizada da ISO 9001 para toda a Entidade, implantou o Portal da Transparência, além de finalizar o Planejamento Estratégico para o período 2019/2023.

Um dos aspectos relacionados à Governança Corporativa é a Gestão de Riscos, sendo este um processo que vem sendo aprimorado continuamente, estando cada vez mais incorporado à cultura da organização, e serve como um dos vetores para a tomada de decisões táticas e estratégicas.

Ocorre por meio de um ambiente de controle que é sustentado por uma estrutura organizacional formalmente composta pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, e assessorados por um conjunto de comitês e comissões internas, com atribuições e responsabilidades formalizadas e em conformidade com as principais normas em vigor, como a Resolução CMN 4661, de 25/05/2018, e a Resolução CGPC 13, de 01/10/2004. A política de controle interno está evidenciada nos Procedimentos Operacionais e Instruções de Trabalhos organizados no Sistema de Gestão da Qualidade, na existência do Código de Conduta Ética e da Política de Segurança da Informação, conhecidos e disponíveis a todos os empregados, Diretores e Conselheiros, nas atribuições de autoridade e responsabilidade dos empregados e gerentes, e na existência de uma área de controles internos e *compliance* responsável junto às demais áreas pela condução do processo de avaliação, monitoramento e controle dos riscos, pelas atividades de *compliance* de investimentos, controle de gestão da qualidade e jurídico interno. O gerenciamento de riscos também está presente na atualização regular da matriz de riscos em todos os macros processos relevantes da CELOS e no controle automatizado de todas as obrigações legais.

A gestão de riscos da CELOS é um processo contínuo e acompanhado por empregados de todos os níveis da Fundação, e considera em sua tomada de decisão alguns conceitos e parâmetros como: impacto da volatilidade dos ativos (risco de mercado); riscos provenientes do não pagamento de obrigações assumidas por contrapartes (risco de crédito); riscos decorrentes da negociação de ativos, convertendo-os em dinheiro (risco de liquidez); risco da não formação de reservas adequadas com os compromissos atuariais (risco atuarial); risco de falhas em processos (risco operacional); e riscos oriundos de ações judiciais (risco jurídico).

Há ainda área de gestão estratégica que, dentre das suas atribuições, conduz, monitora e controla processos relacionados à política de gestão de pessoas, que estabelece normas de recursos humanos e compromisso com o desenvolvimento e a competência, evidenciados em Procedimentos Operacionais e Instruções de Trabalho formalizadas que tratam de treinamento, formação e capacitação profissional, além de monitorar obrigações legais relacionadas à habilitação/certificação e qualificação de dirigentes e conselheiros. Por fim, destaca-se a existência do PMO (*Project Management Office*), equipe responsável pela melhora do gerenciamento de projetos estratégicos e táticos, padronizando os processos relativos ao gerenciamento e melhorando a eficiência dos mesmos, conforme prioridades e definições constantes no Plano Estratégico da Entidade 2019/2023, resultado do trabalho realizado no segundo semestre de 2018.

15. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (ELIMINAÇÕES/AJUSTES)

Em atendimento ao disposto no item 9.1, Anexo “C” da Resolução CGPC nº 08/2011, e os itens 28 e 29 da Instrução SPC nº 34/2009, as demonstrações financeiras devem ser apresentadas por Plano de Benefícios e consolidadas. A consolidação é efetuada utilizando o balancete auxiliar, anulando os valores a pagar e a receber entre os Planos, Participação do Fundo Administrativo nos Planos Previdenciais, *Superávit* e *Déficit* Técnico, dentre outros.

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

A CELOS, ao efetuar a consolidação das demonstrações financeiras, de 31 de dezembro de 2018, anulou as seguintes operações que apresentavam reflexos na consolidação:

Tabela 54 - Consolidação das Demonstrações Financeiras (R\$ mil)

	2018					
	Plano Transitório	Plano Misto	Plano Pecúlio	PGA	Assistencial	Eliminações
Disponível	126	58	5	16	-	-
Realizável	553.729	2.538.209	9.691	30.630	-	(31.433)
Gestão Previdencial	223.309	227.073	-	-	-	-
Gestão Administrativa	4.833	26.580	30	8.179	-	(31.433)
Contas a Receber	-	-	-	428	-	-
Participação Fundo Administrativo	4.833	26.580	30	-	-	(31.433)
Depósitos Judiciais	-	-	-	6.156	-	-
Tributos a Compesar	-	-	-	79	-	-
Outros Realizáveis	-	-	-	1.517	-	-
Investimentos	325.587	2.284.556	9.661	22.530	-	-
Permanente	-	-	-	9.133	-	-
Gestão Assistencial	-	-	-	-	89.439	-
Total do Ativo	553.855	2.538.267	9.696	39.858	89.439	(31.433)
Exigível Operacional	972	13.175	6	2.259	-	-
Gestão Previdencial	962	9.067	5	-	-	-
Gestão Administrativa	-	-	-	2.258	-	-
Investimento	9	4.108	1	1	-	-
Exigível Contingencial	18.517	24.173	-	6.156	-	-
Gestão Previdencial	18.517	24.173	-	-	-	-
Gestão Administrativa	-	-	-	6.156	-	-
Patrimônio Social	534.366	2.500.919	9.690	31.443	-	(31.443)
Patrimônio de Cobertura do Plano	527.484	2.461.932	-	-	-	-
Provisões Matemáticas	556.193	2.674.425	-	-	-	-
Equilíbrio Técnico	(28.709)	(212.494)	-	-	-	-
Fundos	6.881	38.988	9.690	31.443	-	(31.443)
Fundos Previdenciais	-	8	9.661	-	-	-
Fundos Administrativos	4.833	26.580	30	31.443	-	(31.443)
Fundos dos Investimentos	2.048	12.400	-	-	-	-
Gestão Assistencial	-	-	-	-	89.439	-
Total do Passivo	553.855	2.538.267	9.696	39.858	89.439	(31.443)

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

16. PARTES RELACIONADAS

Conforme CPC 05 – Partes Relacionadas, as transações com partes relacionadas e saldos existentes com outras entidades de grupo econômico devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras da Entidade.

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições compatíveis às praticadas com terceiros.

16.1. Transações com o Patrocinador

Em 31 de dezembro de 2018, a CELOS possuía ações da CELESC em sua carteira de investimentos (ver Nota Explicativa 5.3).

16.2. Operações com Participantes

Representa as operações de empréstimos concedidos aos Participantes de acordo com o Regulamento vigente, registradas pelo valor original, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras, líquidos de provisão para cobrir possíveis Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD (ver Nota Explicativa 5.6).

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.

16.3. Remuneração dos Administradores e Conselheiros – Pessoal Chave da Administração

Em conformidade com Estatuto Social, versão 6, vigente desde 17/09/2015, o quadro abaixo demonstra as remunerações/verba representação pagas aos membros dos Órgãos Estatutários:

Tabela 55 - Remuneração dos Administradores e Conselheiros (R\$ mil)

	2018	2017
Remuneração Diretoria Executiva	762	1.142
Remuneração Conselho Deliberativo	156	222
Remuneração Conselho Fiscal	103	148
Total	1.021	1.512

Fonte: Demonstrações Financeiras - CELOS 2018

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Cumprindo com as exigências legais interpostas pela Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, o Conselho Deliberativo da CELOS aprovou, por meio do Ato Deliberativo 41/2018, o Plano de Equacionamento do *Déficit* de 2017 do Plano Transitório. O referido Plano prevê a unificação dos três Planos de Equacionamentos (2012, 2014 e 2017) e, a partir de março de 2019, haverá cobrança de Contribuição Extraordinária incidente sobre os benefícios dos aposentados até a liquidação do passivo atuarial do Plano, em conformidade com o parágrafo 1º do Artigo 34 da Resolução CNPC nº 30/2018. O valor a ser equacionado pelo supracitado Plano de Custeio corresponde a R\$270.745.336,63 e será custeado paritariamente entre os Participantes Assistidos do referido Plano e Patrocinadoras.

Vanessa Evangelista Ramos Rothermel
Diretora Presidente
CPF nº 908.823.699-20

Henri Machado Claudino
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF nº 647.423.009-63

Paulo César da Silveira
Diretor de Seguridade
CPF nº 299.885.519-91

Sabrina Ventura
Contadora CRC/SC nº 039938/O
CPF nº 070.535.319-29

Os valores estão em R\$ mil, podendo ocorrer diferenças se somados individualmente.